

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidente

Paulo Ernani Gadelha Vieira

**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO**

Diretor

André Malhão

**Vice-diretora de Pesquisa
e Desenvolvimento Tecnológico**

Isabel Brasil

Vice-diretor de Desenvolvimento Institucional

Sergio Munck

TERMO *de Referência* *em* PESQUISA

ORGANIZAÇÃO:

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Copyright © 2009 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz

**Projeto Gráfico e
Editoração Eletrônica**

Marcelo Paixão

Capa

Zé Luiz Fonseca

Revisão

Ana Lucia Proa Melo

Catálogo na fonte
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
Biblioteca Emília Bustamante

E74t Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.)
Termo de referência em pesquisa / Organização da Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

92 p.

ISBN: 978.85.98768-38-0

1. Métodos de Pesquisa. 2. Pesquisa e Educação. 3. Programa de
Pesquisa. 4. Desenvolvimento Tecnológico. 5. Educação. I. Título.

CDD 001.42

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 7

INTRODUÇÃO | 9

Pesquisa como princípio educativo | 11

Desenvolvimento Tecnológico na EPSJV | 12

Organização da pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico na EPSJV | 13

PROGRAMAS DE PESQUISA ELABORADOS, IMPLEMENTADOS E COORDENADOS PELA EPSJV | 15

Programa de Pesquisa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico - Paetec | 17

Programas de Iniciação Científica no Ensino Médio e na Educação Profissional em Saúde | 17

LINHAS DE PESQUISA DA EPSJV | 21

Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde | 23

Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores de Saúde | 23

Educação em Ciência e Iniciação Científica no Ensino Médio e na Educação Profissional em Saúde | 24

Educação Profissional em Saúde | 24

Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde | 25

Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde | 25

Processos e Relações Sociais do Trabalho, da Educação e da Saúde | 26

DIRETÓRIOS DE PESQUISA | 27

- Ciência, Tecnologia, Educação e Cultura | 29
- Coletivo de Estudos de Política Educacional | 29
- Grupo de Educação Profissional em Biossegurança | 31
- Grupo de Estudo do Trabalho e da Qualificação em Saúde | 31
- Tecnologias Educacionais em Saúde | 32

TEMAS, PROBLEMAS E OBJETOS/QUESTÕES DOS LABORATÓRIOS E SETORES DA EPSJV | 33

- Labform – Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde | 35
- Labgestão – Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde | 38
- Laborat – Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde | 44
- Latec – Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde | 46
- Lateps – Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde/Observatório dos Técnicos em Saúde | 50
- Lavsa – Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde | 53
- LIC-Provoc – Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica | 61
- Lires – Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde | 65
- CCDE – Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos | 69
- CCI – Coordenação de Cooperação Internacional | 74
- Nuted – Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde | 78

BIBLIOGRAFIA GERAL | 86

As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem (Introdução à Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, 1843-1844).

Apresentamos o Termo de Referência em Pesquisa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). Como o nome já sugere, serão aqui apontadas as bases sobre as quais centramos nossas investigações, nossos 'objetos' privilegiados, além de, sobretudo, as questões de fundo, as visões de mundo, as teorias que informam a nossa prática.

Construído coletivamente ao longo do último ano, este termo é resultado também da consolidação das atividades de pesquisa por nós alcançada e que se reflete nos diversos projetos em andamento, no crescente número de artigos assinados por nossos pesquisadores e alunos (editados tanto por nós quanto por outras instituições e veículos de divulgação científica), na nossa constante participação em eventos científicos pertencentes aos campos da saúde e da educação, sobretudo, e na indexação da nossa revista *Trabalho, Educação e Saúde*, em âmbito nacional e internacional, em bases como o Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde).

Ao longo da exposição de cada laboratório e setor da escola, precedida por uma introdução geral acerca de nossos princípios norteadores, procuramos mostrar o que nos garante a forma, a essência, na diversidade de objetos e problemas de investigação. Para nós, a 'pesquisa como princípio educativo' traduz-se na imperiosa tarefa de 'desencantar' o mundo, na busca da superação do senso comum e da construção de um sujeito crítico, 'desalienado', capaz de atuar como autor de sua própria história, individual e coletiva.

Em tempos que se querem 'libertários', onde supostamente só há indivíduos, onde a história acabou, onde a grande política, as questões estruturais e as identidades perecem, é de Karl Marx, autor da epígrafe acima, a contribuição para que restituamos o *quantum* de totalidade de que carece o pensamento crítico e a ação transformadora.

INTRODUÇÃO

TERMO
de Referência
em **PESQUISA**

PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

A pesquisa na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, materializada em projetos de investigação e de desenvolvimento tecnológico, é apresentada como um dos eixos norteadores do seu Projeto Político Pedagógico. Há que se ressaltar que duas dimensões da pesquisa são tomadas como premissas: como condição para a qualidade do trabalho dos professores da formação em saúde e como princípio educativo.

Ao abarcar a pesquisa como princípio educativo, começemos negando a concepção que a entende como reguladora e organizadora do ensino a ser realizado na escola. Isto significa perceber ensino e pesquisa como práticas articuladas, mas distintas, para que não se perca a dimensão ética, política, cultural e técnica da educação. Na EPSJV, esta noção configura e requer a pesquisa como parte integrante do processo educativo, no âmbito da formação humana. Cria, assim, possibilidades de contribuir para a superação do fato de que a ciência por si só não garante a ética. Nessa configuração, são afirmadas a ética e a política como fundamentos da pesquisa e o homem e as relações sociais como construtores do conhecimento – a ciência na história.

A concepção da pesquisa como princípio educativo articula a produção do conhecimento a um projeto político-pedagógico, a uma concepção de educação que expressa, como campo, a luta entre projetos distintos de sociedade. Tal qual, a produção do conhecimento sofre influência direta da concepção de educação adotada, que por sua vez revela um projeto de sociedade da qual compartilha. Assim, não podemos esquecer que a concepção de ciência eleita promoverá inflexões na educação. Esta relação entre educação e produção de conhecimento científico pode ser útil tanto aos projetos de dominação quanto aos de emancipação. Na contramão, portanto, de uma suposta neutralidade da ciência e da prática educativa, a 'pesquisa como princípio educativo' diz respeito a uma ação do pensamento (sensível e racional), inserida na totalidade social e cuja construção do sentido está revelada.

O processo de construção do conhecimento na EPSJV identifica grandes eixos em torno dos quais as definições de ciência foram historicamente produzidas, dentre eles: como resultado de uma certa teoria de conhecimento, isto é, da determinação das relações entre sujeito e objeto – que no fundo traduzem um posicionamento acerca da verdade; e como resultado de um posicionamento face à questão das condições de produção e validade do saber científico, o que inclui, necessariamente, a análise e a crítica das condições

sociais de aparecimento e difusão do discurso da ciência, de suas possibilidades e de seus limites.

As investigações realizadas por professores-pesquisadores, assim como o trabalho de 'iniciação científica' desenvolvido por nós, são postos em prática a partir de premissas que consideram a produção do conhecimento científico como engendrado pelas relações sociais. Trata-se de ressaltar que a construção do conhecimento é individual, coletiva e social; é trabalho, sempre em construção, ligado aos interesses dos indivíduos, dos grupos, das instituições, no campo e na cidade.

Nesse registro, para a EPSJV a pesquisa se fundamenta na investigação como prática de criação, intencional e comprometida, que possibilita a busca da essência do que se apresenta como aparência e falseamentos do real – que se pretende imutável e desprovido de contradições. Trata-se assim de apontar, a partir dos dados superficiais da vida social, para os processos essenciais de produção e reprodução do capitalismo, do *status quo*. Configura-se, desse modo, numa aposta para o despertar (ou para a recuperação) do poder de elucidação, intervenção e transformação do real através da pesquisa, como parte significativa de um processo político, ético e estético de formação humana.

A EPSJV se pauta ainda, através dos princípios e ações de seus educadores e pesquisadores, pelo não esquecimento dos 'vencidos', participando, com empenho lúcido, do projeto de emancipação da humanidade negado pela violência, pela barbárie e pela exclusão.

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA EPSJV

A concepção de desenvolvimento tecnológico na EPSJV se pauta na relação entre técnica, ciência e ética. Uma construção de sentido democrático, inseparável, portanto, do sentido de civilização contra barbárie, da negação da utilização da ciência contra a humanidade, para sua destruição, e do privilégio de acesso aos 'benefícios' para os setores hegemônicos da sociedade.

Trata-se de afirmar as inflexões da ciência sobre a técnica, gerando tecnologias voltadas para a educação dos trabalhadores da saúde. Entenda-se como tecnologia a construção de currículos, de planos de cursos, livros, vídeos etc.

ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA EPSJV

No que tange aos 'fóruns' internos da EPSJV, onde são debatidos os projetos e os caminhos da Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, temos a seguinte organização:

- Colegiados dos Laboratórios e demais Grupos de Trabalho
- Câmara Técnica de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
- Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
- Conselho Deliberativo

**PROGRAMAS DE
PESQUISA
ELABORADOS,
IMPLEMENTADOS E
COORDENADOS
PELA EPSJV**

TERMO
de Referência
em **PESQUISA**

PROGRAMA DE PESQUISA DE APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO TÉCNICO – PAETEC

O Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico (Paetec) é um modelo de fomento ao desenvolvimento da pesquisa científica entre docentes da Educação Profissional em Saúde e constitui parte da política de incentivo às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da escola, cujos principais desafios são qualificar os professores-pesquisadores envolvidos e produzir conhecimento nos campos da saúde, do trabalho e da educação, bem como na articulação entre as três áreas.

Através de convênio firmado com a Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), são concedidas bolsas de professor-pesquisador visitante nos regimes de 20 ou 40 horas semanais. O programa apoia a realização de projetos individuais com a duração mínima de 12 meses e máxima de 24 meses, que possuam alto grau de articulação com as atividades de ensino da EPSJV.

Em suma, destina-se à fixação de profissionais que possuam mestrado e experiência no desenvolvimento de programas de formação de trabalhadores em saúde, na produção de materiais didático-pedagógicos, sob a forma textual ou multimídia, e na pesquisa científica nos campos temáticos da educação, do trabalho e da saúde.

PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO E NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Programa de Vocação Científica – Provoc

O Programa de Vocação Científica (Provoc) é a primeira proposta formal e abrangente de iniciação científica na educação básica no Brasil. Foi criado em 1986, na Escola Politécnica, com o objetivo de receber jovens estudantes nos laboratórios de pesquisa da Fiocruz e incentivá-los a seguirem carreiras científicas.

Coordenado por uma equipe de profissionais do Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica (LIC-Provoc) da EPSJV, o referido programa proporciona aos alunos de Ensino Médio a vivência de ambientes de pesquisa e desenvolvimento de projetos tecnológicos, propiciando-lhes a experiência de aprender ciência fazendo ciência. Por meio da orientação acadêmica, o aluno inicia sua formação em pesquisa em C&T nos laboratórios, setores, serviços ou grupos de pesquisa ligados às suas diversas unidades. A educação em ciências é o eixo articulador dessa integração entre instituições científicas e de ensino, destacando-se de maneira especial a relação que se estabelece entre o aluno e o orientador-pesquisador no

contexto do trabalho acadêmico. Dessa forma, busca-se estabelecer interrelações entre o ensino regular e a formação desses jovens em espaços tradicionalmente reservados aos estudantes de graduação e de pós-graduação.

Ao mesmo tempo que visa a integrar-se às ações de ensino das escolas parceiras, o Provoc propõe aos estudantes uma ampla discussão sobre a produção de conhecimentos em nossa sociedade e sua relação com o pleno exercício da cidadania. A compreensão das práticas técnico-científicas que permeiam o processo de construção desses conhecimentos é o elemento central e estruturante desse projeto, que tem como finalidade principal promover a iniciação científica de alunos do Ensino Médio que tenham interesse pelas atividades de pesquisa nas áreas das ciências biológicas, das ciências da saúde e das ciências sociais e humanas em saúde. No contexto da participação em projetos de pesquisa científica e tecnológica, os estudantes do Provoc têm ainda a possibilidade de conhecer e aprofundar questões relacionadas ao mundo do trabalho e à própria atividade acadêmica, que envolve definição e/ou escolha profissional. A contribuição do programa para a trajetória profissional dos alunos constitui-se em uma das premissas fundamentais de sua proposta educacional. Ela norteia não apenas o processo de construção do conhecimento, mas também o desenvolvimento da capacidade crítica e investigativa do aluno.

O estímulo à participação dos alunos em eventos científicos é também parte fundamental dos objetivos do Provoc. Nesse sentido, o programa organiza anualmente eventos próprios, além de participar assiduamente dos que são organizados pela Fiocruz e por outras instituições de pesquisa.

Projeto Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC)

O PTCC é um projeto de iniciação científica desenvolvido com alunos dos cursos de Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde, a partir de uma concepção de educação pela pesquisa. Inserida no currículo do ensino técnico de nível médio, na modalidades *integrada*, *concomitante* ou *subsequente*, portanto voltada à educação em ciências de jovens e adultos trabalhadores, a iniciação científica deve ser planejada e discutida com a coordenação dos cursos e docentes/orientadores, nas Câmaras Técnicas de Pesquisa e Ensino da escola, respeitando as diversas formas de organização curricular, através de programas e projetos e/ou de disciplinas que devem ser discutidas mais precisamente pelo conjunto de professores dos diversos colegiados da escola. O projeto se desenvolve ao longo dos três anos de formação regular e culmina com a apresentação de uma monografia elaborada com o apoio de cursos, seminários e da orientação de um professor.

Criado em 2001, como componente da parte diversificada do currículo do Ensino Médio, e hoje estendido a todos os alunos dos Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde, o PTCC tem como objetivo possibilitar aos estudantes a compreensão e a vivência das práticas científicas através do trabalho conjunto e do convívio com educadores/orientadores durante as três séries do curso, sendo um convite à reflexão, à sistematização e ao resgate do prazer pela descoberta.

O desenvolvimento de projetos e programas de iniciação à pesquisa discente tem se colocado como de fundamental importância para a consolidação de modelos pedagógicos de democratização da ciência, realmente comprometidos com a formação de futuros profissionais de nível médio em saúde, com uma sólida formação geral e visão crítica, para que possam apropriar-se dos conhecimentos e interferir em seus processos de educação e trabalho.

**LINHAS DE
PESQUISA DA EPSJV**

TERMO
de Referência
em **PESQUISA**

As linhas de pesquisa da EPSJV são delineadas a partir de temas, problemas e objetos que emergem do campo Educação, Trabalho e Saúde. Elas estão articuladas e integradas e, ao mesmo tempo, contêm especificidades e diferenciações que permitem a sua sistematização para além da mera divisão funcionalista. Isso significa configurar a totalidade das investigações científicas realizadas nesta unidade da Fiocruz sem traduzi-la como soma das partes e sim como uma interação entre os conhecimentos aqui produzidos, sem prejuízo do enfoque analítico requerido.

Compartilhamos da noção de que a ciência e a tecnologia são inseridas na história e de que a sociedade é o lugar de criação do homem. Neste sentido, o conhecimento aqui produzido é integrante e se fundamenta no pensamento crítico, nas suas diversas correntes, sobre a educação, o trabalho e a saúde, na sua busca incessante por estudar, analisar e desvelar questões atuais dessa formação histórica chamada capitalismo.

Os projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que constituem as linhas de pesquisa da EPSJV partem da premissa de que o conhecimento é construído sociohistoricamente, em movimento marcado por continuidades e rupturas. Estas investigações se colocam a favor da produção científica e tecnológica voltada para o bem da humanidade, para a educação emancipatória, para a saúde pública como direito da população e para o trabalho liberto das amarras do valor.

COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA EDUCACIONAL EM SAÚDE

Esta linha vincula-se à área de pesquisa institucional da Fiocruz 'Informação e Comunicação em Saúde'. Trata de objetos de investigação sobre a informação e a tecnologia educacional em abordagens que elegem os processos educativo e informativo desenvolvidos na escola, no trabalho e nos demais lugares sociais da cidade e do campo como fato social de comunicação. Enfatiza a dinâmica dos processos históricos e sociais de produção, circulação e recepção de mensagens, discursos, representações, e de construção do sentido da linguagem.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DE SAÚDE

Esta linha de pesquisa vincula-se à área institucional de pesquisa da Fiocruz 'Educação e Saúde'. Superar modelos de formação de trabalhadores em saúde restrito

aos treinamentos em serviços impele ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas que facilitem a apropriação e transmissão do conhecimento e possibilitem o questionamento das condições de trabalho. A crítica ao modelo de treinamento como instrumento subordinado ao fazer pragmático e imediato, por um lado, e ao ensino transmissivo do conteúdo descolado da realidade dos serviços, por outro, é a base para a construção de novas perspectivas pedagógicas adotadas na educação dos trabalhadores em saúde a partir da década de 1980. Portanto, nesta linha de pesquisa estudam-se, na perspectiva histórica, as concepções teórico-metodológicas que embasam projetos e práticas político-pedagógicas de educação de trabalhadores em saúde, bem como a práxis desses projetos e práticas. Nesse sentido, busca compreender as razões e as concepções que orientam a apropriação pela área da saúde de teorias e conceitos da área da educação.

EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO E NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Esta linha de pesquisa vincula-se às áreas de pesquisa da Fiocruz 'Educação e Saúde' e 'História, Saúde e Ciência'. Os objetos investigados compreendem a educação em ciências, com destaque para o recorte da iniciação científica de jovens e futuros trabalhadores que cursam o Ensino Médio e a Educação Profissional em Saúde. Considera a iniciação científica integrada a um projeto de educação que permita entender a sociedade como lugar de criação humana e que pressupõe criações/descobertas/invenções na ciência, no trabalho, na cultura e na saúde. Contempla projetos de investigação que disputam a produção social de conhecimento, no longo caminho percorrido pela ciência e a tecnologia, buscando o desenvolvimento da pesquisa como princípio pedagógico e/ou como princípio educativo, formulando e/ou balizando programas de ensino que auxiliem a educação em ciências como um projeto político de sociedade a favor da humanidade.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Esta linha de pesquisa está inserida na área institucional de pesquisa da Fiocruz 'Educação e Saúde'. Partindo da proposta da educação profissional politécnica na área da saúde, leva em conta as contradições encontradas na materialidade do trabalho em saúde e nos processos histórico-sociais da formação humana. Tem por objeto análises teórico-metodológicas do ensino nas diversas áreas de formação técnica na saúde (vigilância em saúde, atenção em saúde, biodiagnóstico,

biossegurança, gestão de serviços de saúde e informação e registros em saúde). Busca subsidiar a qualificação de propostas, de modo a atender a atual legislação de ensino, porém, vislumbrando os espaços gerados pelas contradições nela existentes e assegurando a formação dos trabalhadores da saúde como um constructo engendrado pelas relações sociais.

GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

Esta linha de pesquisa vincula-se às áreas institucionais de pesquisa da Fiocruz 'Políticas Públicas Planejamento e Gestão em Saúde' e 'Educação e Saúde'. A crise do modelo taylorista-fordista, combinado ao keynesianismo, tem promovido mudanças que também se expressam com especificidades no trabalho em saúde e no trabalho da educação na saúde. O novo modo de operar o trabalho, a reestruturação produtiva, se associa, ou melhor, busca na desregulamentação das relações de trabalho uma forma de driblar o desemprego e ao mesmo tempo garantir a acumulação.

A gestão do trabalho em saúde é pautada pela introdução de novas tecnologias de base física e organizacional e chamada a responder à crescente precarização do trabalho em saúde. Na educação, o sentido político e pedagógico da organização do trabalho é substituído pelo gerencial-administrativo.

Esta linha de pesquisa busca desvelar as contradições, tensões e ambiguidades existentes entre um modelo de gestão com resquícios do taylorismo-fordismo, convivendo com o novo modelo, baseado na flexibilização, no trabalho precário etc, propondo-se a partir daí a pensar modelos de gestão com possibilidades de transformação e de instituição da organização do trabalho no serviço de saúde e na escola, de modo a atender qualificadamente a população dentro de um sistema público de saúde e de educação.

POLÍTICAS PÚBLICAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

Esta linha de pesquisa vincula-se às áreas institucionais de pesquisa da Fiocruz 'Políticas Públicas Planejamento e Gestão em Saúde' e 'Educação e Saúde'. Procura abarcar a gênese e transformação das práticas de educação e de saúde no Brasil, com ênfase na gestão e no planejamento, relacionando-as ao trabalho e à educação.

Objetiva compreender a configuração do Estado capitalista e suas funções em diferentes fases históricas, considerando a relação entre economia, política e cultu-

ra. Busca entender o desenvolvimento histórico dessas políticas sociais tendo como enfoque principal as concepções que embasaram as políticas voltadas para a educação dos trabalhadores e a saúde da população. Considera os conceitos de 'Estado' e 'sociedade civil' e as dinâmicas entre eles, bem como as tendências globais da economia e da divisão internacional do trabalho e do conhecimento. A compreensão dos movimentos reivindicatórios e a formação de grupos de interesses impõem a análise do processo político global e, portanto, do Estado e das formas de organização do poder decisório na sociedade, em comparação com formas institucionalizadas de representação de interesses: sindicatos e partidos políticos. São consideradas, ainda, as disputas em torno dos projetos nacionais de educação e saúde, orientadas por interesses de classe e mediadas pelas características do desenvolvimento da economia capitalista em nosso país, conformando culturas e sociabilidades cujas normas e valores estão presentes na organização dos sistemas e no cotidiano das instituições de ensino e saúde.

PROCESSOS E RELAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

Esta linha de pesquisa vincula-se à área institucional de pesquisa da Fiocruz 'Educação e Saúde'. Compreender a formação humana em sua totalidade, perante o modo de produção da existência, é central para o entendimento das relações sociais e sua possível transformação. A produção da existência humana é mediada, em primeira ordem, pelo trabalho, que adquire formas sociais específicas de acordo como o modo de produção. A saúde é prática social articulada ao trabalho, à educação. O conceito ampliado de saúde exige a elucidação de questões que emergem dessa prática social, como a produção de conhecimento das relações sociais capitalistas, na medida em que se vincula às condições de existência do homem. As diversas questões que constituem os objetos desta linha tratam dos processos e das relações de produção e reprodução social sob a égide do capital. Os processos do trabalho educativo e do trabalho na saúde, embora com diferenciações e particularidades, ocorrem numa relação dialética de subsunção do trabalho humano ao capital, que precisa manter a sua unidade fundamental que é a mercadoria.

**DIRETÓRIOS DE
PESQUISA**

TERMO
de Referência
em **PESQUISA**

A EPSJV constituiu grupos de pesquisa e de estudo nas suas áreas estratégicas. Desses, são os seguintes os certificados como diretórios de pesquisa no CNPq:

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E CULTURA (CiTec)

Criado em 2004, o CiTec estuda as articulações das ciências e das tecnologias com a educação, considerando seus impactos nas sociedades modernas. Suas investigações concentram-se nas seguintes temáticas: educação científica e tecnológica; gênero, ciência e juventude; carreiras científicas e trajetórias juvenis; políticas públicas de juventude e os modelos educacionais; mudanças nas práticas de produção dos conhecimentos técnico-científicos em saúde; marcos regulatórios da pesquisa técnico-científica em saúde; a emergência da inovação e do Sistema Nacional de Inovação em Saúde e suas implicações para as práticas de P&D. O CiTec dedica-se à produção de artigos em periódicos científicos, à organização e à participação em eventos científicos (seminários, colóquios, oficinas e *workshops*) nacionais e internacionais. Nos últimos anos, como parte da estratégia de difusão de suas propostas, vem se dedicando à organização de dossiês temáticos em periódicos nacionais (como *Revista Rio de Janeiro, Ciência e Cultura, Jornal da Ciência e JC-email*) e à produção de programas educativos veiculados por emissoras públicas (TV Escola, Canal Saúde/Fiocruz, Vídeo Saúde/Icict/Fiocruz). O diretório reúne pesquisadores e discentes do LIC-Provoc, do Laboratório de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (LabCiTIS/Icict/Fiocruz) e do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ). O CiTec é responsável ainda pela coordenação técnico-pedagógica do Provoc e pela coordenação geral da Olimpíada Nacional de Saúde e Meio Ambiente, além de coordenar atividades de cunho científico para jovens do Ensino Médio (O Jovem e a Ciência no Futuro – Fesbe e a Jornada de Vocação Científica/Fiocruz).

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde
2. Educação em Ciências e Iniciação Científica no Ensino Médio e na Educação Profissional em Saúde

COLETIVO DE ESTUDOS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

O Coletivo de Estudos de Política Educacional foi criado em 2000, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), congregando docentes pesquisadores da área de política educacional, além de dou-

torandos e mestrandos. Tendo incorporado pesquisadores da EPSJV a partir de 2004, em 2007 passou a integrar formalmente as atividades de pesquisa desta instituição. Os seus principais objetivos são:

- a) Pensar conjuntamente:
 - os fundamentos das mudanças em processo e as tendências do Estado brasileiro, especialmente quanto às políticas sociais e suas repercussões na educação escolar;
 - os mecanismos utilizados pelo Estado para consolidar a supremacia do projeto educacional governamental em nosso país;
 - os elementos constitutivos de uma política educacional que se consubstancie em elemento de crítica e superação da política educacional em curso a partir dos anos 1990;
- b) Estabelecer intercâmbios com especialistas e grupos de pesquisa nacionais e internacionais que detenham agendas de pesquisa próximas ou correlatas.
- c) Organizar publicações para socialização dos estudos e pesquisas realizadas.

Temas de interesse e pesquisa

As reflexões que vêm sendo trabalhadas pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional se apoiam em duas linhas de pesquisa:

- a) Educação Política – dimensão que toma a educação em seu sentido amplo, como processo formativo, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;
- b) Educação Escolar – dimensão que toma a educação em seu sentido estrito, como educação escolar, que se desenvolve predominantemente por meio do ensino, em instituições próprias.

Regularmente, o diretório conta com projetos associados, relacionados aos eixos fundamentais de sua temática de estudo.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Educação Profissional em Saúde
2. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde
3. Processos e Relações Sociais do Trabalho, da Educação e da Saúde

GRUPO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM BIOSSEGURANÇA

Criado em 2006, o Grupo de Educação Profissional em Biossegurança – que, na realidade, é uma rede de competências – visa à geração de conhecimentos relativos ao ensino de ciências, especificamente no campo da educação em biossegurança em saúde e biossegurança de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), em um contexto interdisciplinar. A publicação de artigos científicos e a produção de material didático também são objetivos do grupo, que conta com pesquisadores da EPSJV e de fora dela – ENSP/Fiocruz, IOC/Fiocruz e Cefet-Química –, além de alunos de programas de pós-graduação e iniciação científica engajados nesta temática. Em se tratando de atividades de extensão, seja através de cursos no sistema formal ou não-formal de ensino, e atividades de assessoria, os frutos desse trabalho vêm servindo de referência na produção de conhecimento na área, culminando com o envolvimento dos participantes em uma série de publicações.

Linha de Pesquisa Associada:

1. Educação Profissional em Saúde

GRUPO DE ESTUDOS DO TRABALHO E DA QUALIFICAÇÃO EM SAÚDE

Criado em 2004, o Grupo de Estudos do Trabalho e da Qualificação em Saúde tem atuação intensa e contínua no campo das pesquisas em Trabalho e Educação e Educação Profissional em Saúde. O grupo conta com a participação de membros internos e externos à EPSJV, profissionais e estudantes das áreas de educação e saúde. Seus membros mantêm participação regular em eventos e associações científicas como ANPEd (GT 09), Anpuh, Abrasco, Anpocs, Anpoll, Abralin, SBPC, Endipe e Coned. Vinculado a este, também cadastrado no Diretório de Grupos do CNPq, com apoio da Faperj (APQ1), e integrante do Fórum Intercrítica (ANPEd), se encontra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho Educação (Gepte), que tem como objeto a análise crítica das ações de Educação Corporativa em Saúde, em âmbito nacional.

Linha de Pesquisa Associada:

1. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores da Saúde

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM SAÚDE

O Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais em Saúde desenvolve, na área de Educação Profissional em Saúde, pesquisas e tecnologias em duas linhas: desenvolvimento de processos e produtos para uso na Educação Profissional em Saúde e educação em saúde.

Na primeira, são estudados o desenvolvimento de métodos e técnicas de ensino e os produtos para uso educacional (materiais imagéticos, geotecnologias e materiais impressos). Além disso, esta linha também se ocupa com o desenvolvimento de propostas curriculares para a Educação Profissional em Saúde, além de *softwares* e *sites* para uso educacional. Já a segunda linha de pesquisa tem como objetivo analisar o potencial e os limites de métodos de ensino e de novas tecnologias de informação e comunicação no processo educativo.

Linha de Pesquisa Associada:

1. Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde

**TEMAS, PROBLEMAS E
OBJETOS/QUESTÕES
DOS LABORATÓRIOS E
SETORES DA EPSJV**

TERMO
de Referência
em **PESQUISA**

Labform – LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO GERAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

O Labform concentra o seu trabalho de pesquisa nas questões ligadas aos fundamentos e às práticas da politecnia/educação unitária. Nesse sentido, assume a tarefa de investigar a estruturação do currículo nos diversos campos disciplinares, dentro da perspectiva da formação integrada, ou seja, da articulação entre formação geral e profissional, de acordo com os fundamentos da politecnia e do trabalho como princípio educativo. Para tanto, busca aprofundar a historicidade das disciplinas escolares e analisar crítica e interdisciplinarmente os componentes curriculares das ciências da natureza, das ciências humanas, da filosofia e da área de linguagens, de modo a propiciar a constituição de um currículo adequado a uma formação plena do profissional da saúde técnica de nível médio. Este trabalho se desenvolve através de projetos específicos, como o Programa de Aperfeiçoamento da Pesquisa IV (Papes IV), nos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino Técnico (Paetec), no estudo e reflexão coletiva dos seus profissionais e na construção permanente do Projeto Político Pedagógico da Escola, em diálogo com os demais laboratórios da EPSJV.

Na abordagem do currículo, o Labform discute o processo de constituição dos saberes (científico, filosófico, artístico) nos seus diversos momentos históricos, de modo a propiciar uma reflexão sobre o lugar da ciência e da técnica no mundo moderno e contemporâneo. Problematiza ainda questões como a relação entre arte e ciência no contexto da cultura de massa nas sociedades capitalistas contemporâneas e explora as diversas dimensões da história da ciência. Trata-se, pois, de buscar refletir sobre o tema do conhecimento, em especial do conhecimento científico, como força produtiva e potencialmente emancipadora do homem, assim como sua apropriação pela dinâmica do capital nos termos de uma razão instrumental.

Uma outra dimensão importante da pesquisa no Labform é a vinculação do trabalho de investigação dos professores-pesquisadores com a iniciação científica dos alunos da EPSJV. Educar para e pela pesquisa – tomada como um componente necessário para uma formação pautada pelos princípios da politecnia – é o objetivo do Projeto Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC), cuja coordenação tem ficado a cargo do Laboratório desde o seu início.

Áreas Temáticas de Investigação:

O conceito e a experiência do trabalho na tradição ocidental:
ontologia e história

Por dimensão ontológica do trabalho compreende-se o caráter constitutivo do modo de ser do homem. Portanto, se é apenas pelo trabalho que o homem realiza a sua humanidade, ao considerarmos a dimensão ontológica do trabalho estamos sustentando uma ruptura com todas as ontologias que representam o homem e sua possibilidade de emancipação sob a perspectiva idealista e abstrata.

Na perspectiva histórica, este eixo pretende refletir sobre o processo de constituição da ordem burguesa no mundo europeu e brasileiro, com ênfase em dois pontos interligados:

- a) o tema da construção de uma 'cultura de direitos de cidadania', que propicie uma reflexão crítica sobre os processos de embate dos trabalhadores com a trajetória de implantação de uma economia política burguesa, assentada na ideia de mercado autorregulado e no chamado 'sistema de fábrica', buscando mapear os diversos momentos e modos específicos de resistência dos trabalhadores à ordem burguesa;
- b) o processo de implantação de uma economia de mercado ao longo dos séculos XVI-XVIII, observando suas marchas e contramarchas, para em seguida delinear as linhas gerais de transformação do capitalismo ao longo dos séculos XIX e XX, nas suas etapas posteriores de capitalismo monopolista e financeiro, e de economia flexível e pós-fordista.

O conceito de 'formação' na tradição ocidental:
dimensões política, científica, econômica e estética

Por 'formação' entendemos uma experiência e um conceito históricos. Sendo meio e fim de si mesma, na 'formação' não há exterioridade nem instrumentalidade. Desprovida de tais aspectos, nela se concretiza a forma daquilo mesmo 'em que' e 'através do que' se está formando. Portanto, o processo de formação é o de elevação à universalidade ou totalidade concreta, pois assimila a particularidade imediatamente objetiva na amplitude de sua compreensão. Formação é, então, a conquista da concretude da objetividade que cabe ao homem, superando tanto uma subjetividade idealista quanto uma objetividade natural e positivista, sem mediação. Nesse movimento, a consciência que trabalha se reencontra a si mesma como

autônoma, e o homem pode se autodeterminar. Neste eixo, as dimensões política, científica, econômica e estética são as grandes vias pelas quais entendemos concentrar-se a dinâmica de estranhamento e apropriação que um empenho por autonomia ou emancipação sempre há de atravessar.

A análise da educação brasileira: fundamentos teóricos e políticas públicas

Este eixo reúne as pesquisas sobre as experiências no campo da educação no Brasil, enfocando o estudo das práticas educativas a partir da perspectiva histórica, da análise da legislação educacional e das diferentes abordagens teóricas que as fundamentam. São destacadas como áreas privilegiadas de investigação a 'Educação Profissional em Saúde' e as 'políticas públicas em educação no país'.

Teorias do currículo

As discussões em torno das teorias do currículo têm evidenciado o comprometimento da organização curricular com formas de dominação social, política e ideológica. Entendido não apenas como conteúdos teóricos de disciplinas, mas também como conjunto de práticas a partir das quais se constroem valores e significados, o currículo se tornou um campo de disputa entre diferentes propostas de sociedade. Este eixo de pesquisa problematiza o currículo como organização neutra de saberes necessários à formação de trabalhadores em saúde, buscando elaborar bases consistentes para uma pedagogia emancipatória.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores em Saúde
2. Educação em Ciência e Iniciação Científica no Ensino Médio e na Educação Profissional em Saúde
3. Educação Profissional em Saúde

Labgestão – LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO EM SAÚDE

Ao entender a pesquisa de forma indissociável do ensino, busca-se refletir sobre a produção de conhecimentos no campo da educação profissional em gestão dos serviços e do sistema de saúde brasileiro, tanto nos aspectos político-pedagógicos quanto na sua relação com as diferentes demandas e necessidades sociais.

Parte-se do pressuposto de que a construção do conhecimento não resulta de um processo individual, mas sim coletivo e social, sendo sempre um trabalho em construção. Outro pressuposto fundamental é o fato de que este trabalho não se configura como algo neutro, pois envolve interesses diversificados dos indivíduos, dos grupos e das organizações – o que remete a questões que implicam não apenas aspectos técnicos, mas, também políticos, ideológicos e éticos.

Nesse sentido, o Labgestão assume como diretriz a busca por uma ampla visão das organizações e instituições de saúde, de modo a explicitar a complexidade dos processos de trabalho, a fim de subsidiar a construção de uma proposta de educação politécnica voltada para os trabalhadores, em especial os de nível médio, que encontram-se inseridos neste campo de atuação.

Partindo das imagens-objetivos pertinentes às atividades deste laboratório, destaca-se a necessidade de pesquisa e desenvolvimento de processos formativos que respondam às especificidades do trabalho em gestão em saúde relativas à área de atuação dos trabalhadores de nível médio. Tais processos, que incluem estratégias de educação permanente e continuada, devem estar estruturados a partir da articulação de conteúdos teórico-metodológicos que não estejam restritos à incorporação do conhecimento, de forma a permitir a contextualização do papel desses trabalhadores na política de saúde e no interior de suas organizações, assim como possibilitar o desenvolvimento da capacidade crítica que os permita responder de forma autônoma e reflexiva às necessidades técnicas e sociais originárias do processo de trabalho em saúde.

Dessa forma, as atividades de pesquisa visam:

- a) à construção de um território de conhecimento para gestão em saúde no campo da educação profissional;
- b) ao reforço da formação profissional em gestão em saúde como estratégia de consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), abarcando tanto ações formativas, no sentido da formação continuada e permanente dos trabalhadores, quanto a educação profissional técnica de nível médio em saúde;

- c) à construção de propostas curriculares, de desenhos e instrumentos metodológicos;
- d) à produção de material didático, que permita criar condições mais favoráveis ao ensino da educação profissional na área da gestão em serviços de saúde.

Articuladas às linhas de pesquisa da EPSJV, as pesquisas desenvolvidas pelo Labgestão estão circunscritas às áreas temáticas discriminadas a seguir:

- a) Educação Profissional em Gestão em Saúde para o SUS
- b) Processo de Trabalho em Saúde
- c) Micropolítica do Trabalho em Saúde
- d) Planejamento e Gestão em Saúde
- e) Políticas Públicas de Gestão em Saúde
- f) Produção e Disseminação de Informação em Saúde
- g) Tecnologia em Saúde
- h) Saúde, Sociedade e Cidadania

Em seu conjunto, espera-se que as atividades de pesquisa possam contribuir para o mapeamento das necessidades formativas voltadas à gestão do SUS, levando ao aperfeiçoamento e à consolidação da gestão descentralizada, participativa e democrática, expectativa que requer a construção de práticas profissionais críticas pautadas pela autonomia e corresponsabilidade, entendidas como fundamentais na busca do enfrentamento aos grandes desafios colocados para os avanços que a consolidação do SUS requer.

O trabalho, tomado como ponto de referência para a viabilização das condições de existência e, conseqüentemente, de produção de saúde e formação, constitui-se, segundo Saviani (2003), como princípio educativo geral. Se no Ensino Fundamental o trabalho não se apresenta explicitamente em seu aspecto produtivo, no Ensino Médio os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho podem tornar-se mais explícitos.

(...) Nesta etapa, o trabalho já aparece não apenas como uma condição, como algo que ao constituir, ao determinar a forma da sociedade, determina, por consequência, também o modo como a escola se organiza, operando, pois, como um pressuposto de certa forma implícito. Agora, trata-se de explicitar o modo como o trabalho se desenvolve e está organizado na sociedade moderna. Aí é que entra, então, a questão da politecnia (SAVIANI, 2003, p. 136).

A ideia de politecnia serve de referência na procura da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, no âmbito do trabalho em saúde – o que pressupõe que reflitamos sobre a atuação do conjunto de trabalhadores que hoje opera na gestão do SUS. Significa pensar o trabalhador como a outra face do que hoje se coloca como um dos maiores desafios a ser enfrentado para a viabilização do SUS: a organização do processo de trabalho em saúde, seja este pensado no contexto do sistema, dos serviços ou das práticas de saúde.

Nesse sentido, o Labgestão assume a gestão do processo de trabalho em saúde como um dos campos de investigação articulado com os processos de formação e capacitação dos trabalhadores da saúde, tendo como base formativa a noção de politecnia. Essa opção é não apenas técnica, mas também ética, política e ideológica, e visa a dar conta da proposta de transformação societária contida na formulação da Reforma Sanitária e nos princípios e diretrizes do SUS. Essa postura assumida encontra respaldo nas evidências sobre a existência de uma massa silenciosa de trabalhadores atuantes na área administrativa, cotidianamente envolvidos com as ações e os serviços de saúde e que, muitas vezes, não encontram suporte para a produção das transformações necessárias ao cuidado em saúde.

Reverter esse quadro significa tomar esses trabalhadores como “produtores de políticas em territórios de disputa”. Para tanto, se faz necessário “tornar o mundo do trabalho matéria-prima dos processos de formação” (MERHY, 2007). A ampliação e o reconhecimento do papel estratégico desses atores potencializam a concretização das mudanças pretendidas e levam ao maior comprometimento com a concepção de saúde como direito universal.

Desta forma, a preocupação com a formação deve considerar não apenas a alta direção, como historicamente tem ocorrido em todo o país, principalmente através de cursos de especialização, mas deve considerar igualmente os profissionais de nível médio. Esta orientação ganha força quando identificamos que a maioria desses profissionais não apresenta qualquer formação, seja geral (curso de Ensino Médio ou Fundamental) ou específica para as ações que estão sendo exigidas para a sua função.

Tal situação reforça a perspectiva da divisão técnica do trabalho, relegando a esse contingente de profissionais a mera execução de ações tidas como pouco complexas. Caracteriza-se ainda pela baixa capacidade dos profissionais de intervir no planejamento, monitoramento e avaliação do processo de trabalho, sendo excluídos, em parte ou totalmente, da tomada de decisões. Nessa pers-

pectiva, o trabalho em saúde termina por se dar de forma fragmentada, com pequena ou nenhuma articulação entre os seus diferentes processos, o que gera o baixo envolvimento, participação e organização de ações comunicativas de cooperação e coordenação.

Caracterização do trabalhador técnico de nível médio em gestão em saúde: formação e inserção no trabalho

As exigências e responsabilidades apresentadas pela lógica de descentralização/municipalização do SUS remetem à necessidade de capacitação não só dos gestores, mas igualmente dos trabalhadores do sistema. Entretanto, os esforços realizados não têm sido suficientes para promover efetivamente as mudanças necessárias no campo gerencial da saúde. Em grande parte, esse quadro é derivado do fato de que não tem sido dada a devida importância à formação de profissionais que operacionalizam as ações em um nível intermediário, o que pode ser atestado pelas poucas exigências e requisitos requeridos dos trabalhadores que exercem funções da área 'meio' nas organizações de saúde.

É frequente que a formação exigida seja a de 'auxiliar administrativo', sem aprofundamento das questões próprias do setor saúde. A recorrência desta prática indica a pressuposição de que a formação possa ser adquirida no local de trabalho, demonstrando uma perspectiva restrita da complexidade que envolve o processo de trabalho em saúde, marcado por grande heterogeneidade e fragmentação conceitual, técnica e social. Estas características são acentuadas pela diversidade das profissões, dos profissionais, dos usuários, das tecnologias utilizadas, das relações sociais e interpessoais, das formas de organização, dos espaços e ambientes de trabalho.

Consideramos que o trabalho em saúde é influenciado por diversas questões, como o jogo político e seus interesses divergentes; o paradigma hegemônico de produção de conhecimentos científicos e também as características intrínsecas ao processo específico de produção do ato assistencial. Somada a esses aspectos deve ser considerada também a presença de contradições na organização do trabalho em saúde, ainda fortemente marcada pelo gerenciamento taylorista/fordista – baseado em postos de trabalho separados, mas encadeados; tarefas simples e rotineiras, geralmente prescritas; intensa divisão técnica do trabalho com a separação entre concepção e execução; e grande contingente de trabalhadores semiqualeificados, com um mínimo de possibilidade de intervenção autônoma no processo de trabalho. Elementos estes que se contrapõem frontalmente às necessidades requeridas

de pensamento reflexivo, criação e autonomia exigidos pelo objeto e contexto das intervenções que definem o campo da saúde (EPSJV, 2005).

Desta forma, o movimento de descentralização do sistema de saúde brasileiro e, conseqüentemente, a necessidade de formação de profissionais no campo da gestão, faz-se presente em todos os níveis e abrange os diferentes graus de escolaridade, com destaque para o nível médio, que perfaz mais de 50% da força de trabalho em saúde.

Pensar o trabalho do profissional que atua na gestão revela-se imprescindível quando considerada a importância da área administrativa/gerencial para os serviços públicos de saúde. Frequentemente esses trabalhadores ocupam postos-chave, sendo responsáveis por setores estratégicos, tais como a gestão dos meios de produção (áreas orçamentária e financeira, de recursos materiais, serviços gerais etc.); gestão de recursos humanos; além de outras áreas de apoio (setor de informação e registros e recepção ao usuário, por exemplo).

Em razão desses aspectos, consideramos que a área 'meio' – também entendida como área de apoio – deve ser pensada como estratégica, pois faz a interface entre as decisões centrais da gestão e a área fim. A formação profissional desses trabalhadores deve ser capaz de acompanhar e incorporar as mudanças advindas do desenvolvimento técnico-científico na área de gestão em saúde, na perspectiva de intervir positivamente nos serviços prestados, mesmo que de forma indireta.

Esses indicadores nos revelam a importância em compreender a realidade dos processos de trabalho no âmbito da gestão em saúde, bem como sinalizam a necessidade de discussão das estratégias de formação direcionadas a estes trabalhadores – objetivos que direcionam as pesquisas realizadas no Labgestão.

A gestão do SUS na atualidade: desafios relativos à gestão do trabalho

No Brasil, a criação do SUS representou uma possibilidade de radical transformação do sistema público de saúde vigente. Entretanto, a sua operacionalização, ao longo desses 20 anos de implementação, através das diferentes normas operacionais editadas, demonstrou que a reforma alcançada assumiu a forma de um movimento incrementalista. É consenso entre os autores que, apesar dos inegáveis avanços alcançados, existem ainda inúmeros desafios a serem enfrentados.

A aposta na viabilização de um sistema público e universal passa por mudanças de diferentes ordens: sejam organizativas, sejam de regulação, sejam de financiamento ou do campo da gestão do trabalho do SUS.

O campo do trabalho em saúde foi fortemente influenciado pelas transformações ocorridas no Brasil, a partir da década de 1990, com o início do processo de desregulamentação das leis trabalhistas, sob a batuta do neoliberalismo, contraditoriamente, no mesmo marco histórico da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 2007).

No setor saúde, tal situação traduziu-se, sobretudo, na precarização de postos de trabalho, mais do que propriamente no desemprego. A heterogeneidade de vínculos constituiu-se como outro elemento dessa transformação que vem demandando das instituições negociações e harmonização desses vínculos na direção do 'trabalho decente'. Este conceito, criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), refere-se ao trabalho exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e capaz de garantir uma vida digna, segundo os padrões de cada sociedade (BRASIL, 2007).

Porém, o processo de descentralização do sistema de saúde representou uma demanda aos governos subnacionais em relação à manutenção, ao financiamento e à capacitação da força de trabalho, responsável pela conversão do modelo de atenção à saúde. A 'desresponsabilização' da esfera federal em repor a força de trabalho que se aposentava foi mais um componente incentivador da precarização do trabalho.

A despeito deste cenário, ao qual se somam ainda a baixa institucionalização da educação permanente para os trabalhadores do SUS e a pequena capacidade gerencial de planejamento, monitoramento e avaliação do sistema de recursos humanos, a gestão do trabalho em saúde não ocupa lugar destacado na agenda política de pactuação entre os gestores (BRASIL, 2007).

A reversão desse quadro passa pelo entendimento da gestão do trabalho como uma função estratégica do SUS, a ser viabilizada através de ações integradas entre níveis de governo e de projetos solidários que envolvam tanto os gestores como o conjunto de trabalhadores.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores de Saúde
2. Educação Profissional em Saúde
3. Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde
4. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde

Laborat – LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ATENÇÃO À SAÚDE

Este documento apresenta o campo de pesquisa do Laborat, que vem estruturando as atividades de investigação e docência nas diversas modalidades em que nos encontramos inseridos.

O Laborat tem sua origem no processo de reestruturação institucional da EPSJV, ocorrido em 2004, a partir da incorporação do Grupo de Trabalho em Saúde Mental (GTSM) e suas atividades de pesquisa e ensino, tendo como um de seus principais desafios investigar a diversidade de objetos do campo da atenção em saúde, a partir de uma perspectiva histórico-política, e sua relação com a Educação Profissional em Saúde.

A partir de estudos que envolvem desde os modelos de atenção à saúde e as políticas de saúde no Brasil e no mundo, até políticas específicas como a 'saúde do idoso' e a 'saúde indígena', o Laborat tem desenvolvido pesquisas que destacam o papel fundamental do Estado e suas relações com as políticas públicas e da integralidade em saúde no desenvolvimento de uma educação profissional de caráter emancipatório e de uma sociedade mais justa e democrática.

Este termo de referência expressa, ao mesmo tempo, a construção de um projeto coletivo de pesquisa voltado para o campo da atenção e a diversidade de políticas e práticas na educação e gestão do trabalho em saúde, investigado a partir de uma perspectiva crítica dos discursos relativos à Reforma Sanitária brasileira e o SUS.

A Pesquisa

O termo 'atenção à saúde' "(...) designa a organização estratégica do sistema e das práticas de saúde em resposta às necessidades da população. É expressa em políticas, programas e serviços de saúde, consoante os princípios e as diretrizes que estruturam o Sistema Único de Saúde" (MATTA e MOROSINI, 2006, p. 29).

Neste sentido, o termo 'atenção à saúde' potencializa a superação da dicotomia e, de certa forma a antinomia preventivo-curativo, trazendo o desafio de construir políticas e práticas de cuidado em saúde conforme as necessidades dos sujeitos e grupos sociais. Dessa maneira, a integralidade é concebida também como a crítica à divisão social do trabalho que caracteriza a formação e a organização do trabalho em saúde, destacando a hierarquização histórica que vem relegando às práticas e aos saberes uma formação aligeirada, além de uma subalternização dos trabalhado-

res de nível médio aos profissionais de nível superior, concebendo o trabalho de nível médio como um trabalho manual e desvalorizado social e intelectualmente (MATTA, 2007).

A investigação das políticas de atenção à saúde e o papel dos trabalhadores de nível médio na materialização dessas ações têm sido fundamentais para a consolidação do SUS. Casos como o do Agente Comunitário de Saúde, do Agente Indígena de Saúde e dos cuidadores em saúde mental e saúde do idoso vêm sendo objeto de investigação no Laborat, tendo em vista a operacionalização das políticas de saúde da família, da atenção básica e de programas voltados para grupos específicos.

Portanto, o campo de pesquisa que o Laborat constrói em seus projetos e atividades estabelece a crítica e suas possibilidades de superação a partir da investigação dialética e dialógica entre as políticas de atenção à saúde, as estratégias de formação profissional e o processo de trabalho em saúde dos trabalhadores de nível médio na perspectiva da integralidade.

Neste sentido, diversas perspectivas teórico-metodológicas têm sido utilizadas como ferramentas para a interpretação dos diversos fenômenos políticos e sociais presentes no campo da atenção. Entre elas, destacamos o 'materialismo histórico', a 'análise de discurso', a 'análise institucional', a 'teoria da argumentação' e a 'psicologia social'.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde
2. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde
3. Processos e Relações Sociais do Trabalho, da Educação e da Saúde

Latec – LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TÉCNICAS LABORATORIAIS EM SAÚDE

Este Termo de Referência apresenta o quadro atual de atividades e proposições do Latec, a partir do consenso atingido entre seus membros, relativo a um conjunto de requisitos e orientações aplicados a essas práticas. Nosso objetivo é contribuir para o fortalecimento das atividades atuais e facilitar o desenvolvimento de mecanismos para a otimização e ampliação dos nossos processos de ensino e pesquisa no contexto político-pedagógico da EPSJV.

Caracterização da Área

A discussão sobre a formação técnico-profissional, por estar tradicionalmente focada no mercado, fica extremamente vulnerável às mudanças políticas e aos modelos de produção; e, nesse contexto, é fortemente disputada, já que atua como mediação específica no processo, contraditório, de formação humana e de formação da força de trabalho para a produção em geral (RAMOS, 2007).

A busca pela superação desta visão da formação técnico-profissional, em prol de uma formação de caráter politécnico, estabelece uma disputa de projetos societários entre a classe trabalhadora e a classe empresarial.

Segundo o parecer n. 16/99, do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB, 1999), a finalidade da educação profissional é propiciar o desenvolvimento de 'aptidões' para a vida produtiva. Tais aptidões, configuradas em 'competências', caminham na contramão de uma formação omnilateral, do indivíduo reflexivo, questionador, consciente do seu papel como sujeito capaz de produzir transformações na sociedade.

Ressalta-se que o uso intensivo da microeletrônica e a crescente automação dos laboratórios, principalmente a partir da década de 1980, vem causando mudanças importantes no processo produtivo, na organização do trabalho e nas relações sociais (MARTINS, 2004; DELUIZ, 1995), com reflexos significativos no mundo do trabalho.

Trazendo o nosso olhar para o campo da saúde, em virtude das suas especificidades, que caracterizam seus processos de trabalho, podemos apontar que a formação profissional nessa área adquire um *locus* privilegiado de estudo das variáveis – políticas, econômicas, sociais, culturais e éticas – que de alguma forma a ele estão imbricadas (WERMELINGER, MACHADO e FILHO, 2007; MURITO, 2007; MARTINS *et al*, 1998).

A organização do trabalho em saúde também sofreu impactos importantes gerados pelo desenvolvimento tecnológico e pela especialização (TEIXEIRA, 2004). Houve ampliação da capacidade de diagnosticar e tratar problemas de saúde, mas também aumento constante dos custos, institucionalização das práticas de saúde e perda do controle dos meios de trabalho por parte da maioria dos profissionais.

O conhecimento das boas práticas laboratoriais, bem como da biossegurança, devem ser entendidas como entidades dinâmicas que transitam entre domínios materiais e sociais (NEVES, CORTEZ E MOREIRA, 2006) e, nessa perspectiva, são essenciais para a devida compreensão dos seus processos de trabalho, o que tem como consequência uma atuação profissional adequada e saudável, sendo, portanto, de fundamental importância a inclusão desses temas nos currículos das ações educativas praticadas no Latec (COSTA, M. A. F, 2005; VALLE e TELLES, 2003; CARVALHO, 1999).

Sob o cenário até aqui descrito, cabe apontar que o Latec promove atividades de ensino, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico em educação profissional, em atividades que envolvem laboratórios na área da saúde, atuando tanto na formação integrada de jovens do Ensino Médio como na capacitação de trabalhadores já inseridos no campo profissional da saúde.

A Pesquisa

A experiência dos profissionais do Latec, construída no interior da EPSJV, em atendimento às demandas relativas à Educação Profissional em Saúde, e através das ações de parceria – junto a outras unidades da Fiocruz, órgãos ministeriais, instituições de pesquisa públicas e privadas – nos permite vislumbrar as seguintes proposições em relação à pesquisa:

- Desenvolvimento de pesquisas relacionadas às práticas laboratoriais em saúde, compreendendo processos de ensino-aprendizagem e mudanças no trabalho em saúde;
- Desenvolvimento de pesquisas visando à produção de materiais didáticos para o aperfeiçoamento de profissionais da saúde e docentes, e para o apoio aos processos de formação na área de abrangência do Latec;
- Projetar atividades com o objetivo de inserir o Latec nas ações da EPSJV como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde;
- Ampliar a articulação do Latec com outras unidades da Fiocruz, no que se refere à sua área de abrangência;

- Estimular parcerias do Latec com outros laboratórios da EPSJV, no sentido de desenvolvimento de projetos conjuntos.

Áreas Temáticas de Investigação:

Desenvolvimento de Material Didático em Biossegurança

Desenvolvimento de material didático, em meio impresso e audiovisual, considerando-se a especificidade da área, com vistas a um adequado processo de ensino-aprendizagem.

Ensino-aprendizagem e Linguagens em Biossegurança em Saúde e Biossegurança de OGMs

Estudo dos processos pedagógicos e curriculares aplicados à biossegurança em saúde e biossegurança de OGMs nos ensinos Médio e Superior e também na pós-graduação. Desenvolvimento de novas metodologias de ensino e processos interdisciplinares que possam ser utilizados nessa área do conhecimento.

Grupos de Trabalho:

Grupo de Trabalho em Biossegurança (GTBio)

Além das atividades de ensino, desenvolve pesquisas, presta assessorias técnicas e gera produtos educacionais na área da biossegurança, principalmente livros e artigos científicos, contemplando questões da moderna biotecnologia, discutindo problemas associados à manipulação de material genético, à segurança ocupacional, aos riscos à saúde de origem biológica, química, física, ergonômica e psicossocial e aos conteúdos éticos aplicados a essas práticas, além de contribuir com outros laboratórios da EPSJV e com diversas unidades da Fiocruz em atividades docentes e de coordenação no campo da biossegurança.

Grupo de Trabalho de Educação Científica (GT-Educ)

Recentemente incorporado ao Latec, tem como objetivo a realização de atividades concomitantes de ensino e pesquisa que permitam uma abordagem integradora da formação geral, acadêmica e cultural com a formação técnica, rompendo com a fragmentação de conhecimentos e a dicotomia entre teoria e prática,

que acarretam aos futuros profissionais uma visão descontextualizada da realidade. Para tanto, o GT-Educ desenvolverá pesquisas sobre estratégias pedagógicas que se fundamentam no potencial e na utilização das práticas laboratoriais nos processos de ensino e aprendizagem, buscando a interdisciplinaridade e a integralidade na apreensão e construção dos conhecimentos.

Linha de Pesquisa Associada:

1. Educação Profissional em Saúde

Diretório de Pesquisa Associado:

1. Educação Profissional em Biossegurança

Lateps – LABORATÓRIO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE/OBSERVATÓRIO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE

O Lateps, criado em 2004 no processo de reestruturação da EPSJV, tem como missão produzir estudos e pesquisas sobre o trabalho técnico, a educação profissional e as políticas sociais de educação e saúde. Integra o Lateps o Observatório dos Técnicos em Saúde, vinculado à Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde do Ministério da Saúde – Rede Rorehs.

A partir de estudos sobre as ações das esferas de governo na formulação e implementação de políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde, especialmente aquelas relacionadas aos trabalhadores técnicos em saúde, tem sido possível, nos últimos anos, disponibilizar um conjunto de dados de grande serventia, informações e análises, em publicações impressas e eletrônicas, para alunos, professores, pesquisadores, gestores do SUS, sindicatos e associações profissionais dos trabalhadores técnicos. Este Termo de Referência é resultado do acúmulo de conhecimentos gerado pelo trabalho que vem sendo realizado pela equipe do laboratório.

A Pesquisa

Compreender a formação humana em sua totalidade perante o modo de produção da existência é central para a construção das relações sociais e sua possível transformação. A produção da existência humana é mediada, em primeira ordem, pelo trabalho em seu sentido ontológico, que adquire formas históricas específicas sob diferentes modos de produção. No modo de produção capitalista, os processos sociais de formação humana ocorrem sob uma relação dialética de subsunção do homem ao capital e de luta contra essa mesma subsunção. Com base nisto, define-se o trabalho como princípio educativo, posto que às formas históricas do trabalho correspondem formas de conceber e orientar a educação.

Áreas Temáticas de Investigação:

Políticas Sociais de Educação e Saúde

Partindo da compreensão dos fundamentos da economia da educação, os estudos nesta área temática objetivam compreender a configuração do Estado capitalista e suas funções em diferentes fases históricas, considerando a relação entre economia, política e cultura. Busca-se o entendimento do desenvolvimento histórico

dessas políticas sociais, tendo como enfoque principal as concepções que embasaram as políticas voltadas para a educação dos trabalhadores e a saúde da população. Essa análise considera os conceitos de 'Estado' e 'Sociedade Civil' e as dinâmicas entre eles, bem como as tendências globais da economia e da divisão internacional do trabalho e do conhecimento.

A compreensão dos movimentos reivindicatórios e a formação de grupos de interesses impõem a análise do processo político global e, portanto, do Estado e das formas de organização do poder decisório na sociedade, em comparação com formas institucionalizadas de representação de interesses: sindicatos e partidos políticos. São consideradas, ainda, as disputas em torno dos projetos nacionais de educação e saúde, orientadas por interesses de classe e mediadas pelas características do desenvolvimento da economia capitalista em nosso país, conformando culturas e sociabilidades cujas normas e valores estão presentes na organização dos sistemas e no cotidiano das instituições de ensino e saúde.

Qualificação e gestão do trabalho em saúde

A crise do modelo econômico-político representado pela combinação do taylorismo-fordismo com o keynesianismo tem promovido mudanças que se manifestam com especificidades nos campos do trabalho, da educação e da saúde. No primeiro, o desemprego causado pelo avanço das forças produtivas, na forma de novas tecnologias e novos materiais, se associa à desregulamentação das relações trabalhistas. Na educação, vê-se a escola cada vez mais permeada pela lógica do 'mercado' e afeita às transformações e demandas da economia. Por fim, no setor saúde, a suposta busca da melhoria de processos e serviços, através de novas formas de organização do trabalho e de investimentos em programas de formação profissional dos trabalhadores – em que pese a conquista de avanços pontuais – escamoteia a crescente precarização do trabalho em saúde e, conseqüentemente, contribui para o distanciamento do SUS de seus princípios fundadores.

Assim, nesta área temática, são estudadas as tendências da educação profissional e da gestão do trabalho em saúde à luz da complexa e contraditória relação entre reestruturação produtiva, qualificação do trabalho e do trabalhador e educação profissional, buscando-se superar as análises determinísticas.

Concepções e práticas da formação dos trabalhadores em saúde

A tentativa de superar os modelos de formação de trabalhadores em saúde restritos aos treinamentos em serviços levou ao desenvolvimento de estratégias

pedagógicas que tanto facilitassem a apropriação do conhecimento que se transmitia quanto possibilitassem a crítica às condições de trabalho. A crítica ao modelo de treinamento como instrumento para tornar as pessoas aptas ao fazer pragmático e imediato, por um lado, e ao ensino transmissivo de conteúdos e descolado da realidade dos serviços, por outro, é a base para a construção de novas perspectivas pedagógicas adotadas na Educação Profissional em Saúde.

Nesta área temática estudam-se, em perspectiva histórica, as concepções teórico-metodológicas que embasam projetos e práticas político-pedagógicas de educação de trabalhadores em saúde, bem como a práxis desses projetos e práticas. Nesse sentido, busca compreender as razões e as concepções que orientam a apropriação, pela área da saúde, de teorias e conceitos da área da educação e, com isso, a construção do que hoje se pode definir como uma área interdisciplinar, tal como se apresenta a 'Educação Profissional em Saúde'.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores de Saúde
2. Educação Profissional em Saúde
3. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde
4. Processos e Relações Sociais do Trabalho, da Educação e da Saúde

Diretórios de Pesquisa Associados:

1. Coletivo de Estudos de Política Educacional (Cepe)

Lavsa – LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Diante das potencialidades e limitações da ação pedagógica, bem como das contradições desse campo de conhecimento e de práticas, apontam-se desafios a serem enfrentados pelo processo de investigação e desenvolvimento tecnológico do Lavsa, a saber:

- Tomar o trabalho como princípio educativo, recorrendo à produção de meios de ensino que possam se constituir em meios de trabalho (ensino baseado em projetos de intervenção, partindo do diagnóstico da situação de saúde e das condições de vida de territórios-população).
- Inverter a lógica dos processos formativos, em especial aqueles destinados aos trabalhadores de nível médio e elementar, geralmente pautados pela relação instrumental com o conhecimento, pela dicotomia entre o pensar e o fazer e pela dissociação entre formação geral do cidadão e do técnico, investindo em um processo de educação permanente, que viabilize o desenvolvimento de trabalhadores críticos, criativos e compromissados com as transformações socio sanitárias.
- Superar a fragmentação e a desarticulação dos processos formativos no campo das vigilâncias, através da reorganização da Formação Profissional da Área, tendo como eixo a Habilitação Técnica de Vigilância em Saúde, a partir da constituição de um núcleo básico de conhecimentos e habilidades que possibilitem o desenho de itinerários formativos aos trabalhadores, segundo as estruturas operacionais deste campo (vigilâncias ambiental, epidemiológica e sanitária).
- Construir caminhos didático-pedagógicos pautados pelo saber ambiental e pelos princípios da prevenção e promoção da saúde. A formação de novos sujeitos, permeados por este conceito, requer o entendimento da educação como prática e processo de transformação da sociedade.
- Construir ferramentas metodológicas e pedagógicas que incorporem a análise das condições de vida e a situação de saúde de territórios, consistindo no primeiro passo para a organização das práticas de vigilância da saúde em suas estruturas operacionais.
- Desenvolver instrumentos metodológicos para identificar e avaliar problemas ambientais e de saúde no âmbito local, que conduza a uma prática de intervenção preventiva e de gerenciamento de riscos e impactos ambientais e sanitários.

A Vigilância em Saúde

A vigilância em saúde tem sido compreendida a partir de distintas perspectivas: como processo de trabalho estruturado em torno da integração das vigilâncias epidemiológica, ambiental e sanitária; como monitoramento/análise da situação de saúde; ou como proposta de redefinição das práticas sanitárias, que incorpora as dimensões anteriores, mas não se restringe a elas (TEIXEIRA, PAIM e VILASBÔAS, 1998).

Sob a perspectiva da vigilância em saúde, como redefinição de práticas, ela pode privilegiar a dimensão técnica, sendo concebida como proposta de modelo de atenção, conformado por um conjunto de práticas sanitárias que, através de combinações tecnológicas, objetivam o controle de determinantes, riscos e danos; a dimensão político-gerencial, voltada para a organização dos processos de trabalho, por meio de operações sobre problemas em diferentes momentos do processo saúde-doença; a dimensão técnica, que tem por objeto as relações entre os distintos modos de vida de grupos sociais e as diversas formas de expressão do processo saúde-doença; e, por fim, a dimensão político-gerencial, que confere destaque aos meios de trabalho: os métodos, as técnicas e os instrumentos gerenciais necessários à operacionalização das práticas de vigilância em saúde.

Esta, em suas dimensões técnica e gerencial, assenta-se em territórios-população, na humanização e integração das práticas de promoção, proteção, recuperação e reabilitação, na autonomia e emancipação dos sujeitos, na autodeterminação individual e coletiva, na ação dialógica e na pactuação. Reúne em seus elementos fundantes condições para efetuar uma transformação radical no processo de trabalho em saúde, na organização dos sistemas locais e na gestão das redes de atenção e um cuidado para produzir saúde e ampliar as possibilidades de melhor qualidade de vida às pessoas.

A redefinição do objeto de trabalho implícita nesta proposta implica uma combinação de saberes que destitui a hierarquia do saber médico e sanitário sobre os demais, como condição para a construção de uma proposta de trabalho multidisciplinar. Na compreensão dos problemas de saúde da população, e na reorganização do processo de trabalho, congrega conhecimentos e tecnologias advindas das ciências sociais, da geografia, da economia, da comunicação social, da educação, além de outros campos do conhecimento. Incorpora ainda, entre os seus sujeitos, também os profissionais da saúde e a população organizada e, nesse sentido, redefine seu espaço de atuação, que deixa de restringir-se à unidade de saúde, *stricto sensu*, para envolver outros setores, sejam ou não da saúde, consolidando uma prática intra e intersetorial.

A articulação sistêmica de múltiplos saberes – das ciências sociais em saúde, da epidemiologia e do planejamento – propõe um novo pensar e fazer sanitários, que reúna recursos técnicos, tecnológicos e cognitivos para conhecer, investigar, dialogar e intervir coletivamente no cotidiano dos muitos atores sociais, objetos e sujeitos da ação, para proteger e promover a vida. Ao reconhecer as desigualdades sociais e as iniquidades em saúde como indicadores das condições de vida e da situação de saúde das populações, em escalas local e global, constrói a factibilidade para intervir de forma contínua sobre riscos, agravos e danos.

A vigilância em saúde constitui uma crítica aos modelos de atenção ainda predominantes que combinam aspectos do modelo médico-assistencial e do modelo sanitário-campanhista. Com a redefinição dos sujeitos, objeto, práticas e espaços de atuação, o processo de trabalho em saúde, sob esta perspectiva, busca a ‘horizontalização’ dos saberes, o que imprime novas formas de relações no processo de trabalho em saúde, tanto entre os profissionais quanto entre estes e a população – aqui situada como coautora na definição de necessidades de saúde e no planejamento das ações. Nesse sentido, essa proposta estimula a participação popular na resolução de seus problemas locais, com o objetivo de promover a melhora da qualidade de vida individual e coletiva. A perspectiva da participação popular adotada tem como horizonte a autonomia, a liberdade e a emancipação dos sujeitos, na perspectiva da saúde como direito de cidadania.

Áreas Temáticas de Investigação:

Comunicação, Informação e Tecnologias Educacionais em Saúde

Tradicionalmente, o entendimento acerca do que venha a ser ‘tecnologia educacional’ tem sido permeado por uma concepção técnico-instrumental, baseada numa ideia falaciosa de que o progresso social é determinado pelo progresso tecnológico. Sob esta perspectiva, a tecnologia seria produto autônomo, alheio ao contexto, à vontade e às aspirações do homem (DE SETA, 1999). Aqui, a concebemos num sentido mais amplo, ou seja, a tecnologia como produto ou metodologia utilizada com fins específicos, articulada conceitualmente e adequada às singularidades empíricas das práticas pedagógicas e aos processos de trabalho em saúde.

Para isso, acreditamos, o educador deve conhecer as tecnologias das quais dispõe para seu uso no processo pedagógico, a fim de subordiná-las a seus interesses, fazendo da educação um ‘fim’ e da tecnologia um ‘meio’, considerando os tipos de

recursos disponíveis para servir aos objetivos educacionais, integrando teoria e prática, atividade intelectual e manual, processos e produtos do desenvolvimento tecnológico aos resultados pretendidos (DE SETA, 1999).

No campo da educação em saúde, houve uma incorporação da tecnologia educacional a partir de uma concepção tecnicista nas décadas de 1970 e 1980. Este foi um período “marcado pelo interesse nos instrumentais de ensino, com destaque para os audiovisuais (...)” (OLIVEIRA, 1997, p. 46). Buscava-se adequar a linguagem à população-alvo, a fim de “transferir conhecimentos ou propor ‘modelos de comportamento’ a indivíduos ou grupos” (PITTA, 1995, p. 16-17). Esta abordagem educativa encontrava resistência nos movimentos pedagógicos mais críticos, dos quais Paulo Freire é o principal representante, em defesa do diálogo no processo educativo (PITTA, 1995). Paralelamente, em outro registro, mas coerente com o mesmo movimento crítico, enquanto a atenção à saúde concentrava-se nas ações de caráter curativo, as conferências de saúde avançavam lentamente nas questões político-sociais.

Mais recentemente, temos a concepção crítica da educação em saúde caracterizada como uma prática social, participativa e de ação-reflexão, considerando a saúde numa perspectiva integral e como produto das condições socioeconômicas, culturais e ambientais, “rompendo com o modelo biomédico” (OLIVEIRA, 1997, p. 48). Ainda assim, no que tange aos reflexos na educação em saúde, desta revisão crítica, identifica-se uma prática educativa predominantemente orientada pelas abordagens mais tradicionais ('bancárias') e com uma visão fragmentada da saúde, favorecidas pela forma como as tecnologias educacionais são incorporadas à prática pedagógica. Em parte, isso pode ser explicado pelo fato de a formação dos profissionais envolvidos estar fundamentada nas ciências biológicas (OLIVEIRA, 1997), enquanto os principais avanços teórico-críticos encontram-se no campo das ciências sociais.

Em sua concepção crítica, a educação em saúde não é o mesmo que orientação médica, nem mesmo está restrita à prevenção de problemas pontuais, isolados, individuais, de saúde. Ela deve estar direcionada para a transformação das condições geradoras das doenças e não para a doença em si. A educação sanitária, então, é vista como uma atividade facilitadora da luta política pela saúde (STOTZ, 1993).

Neste sentido, as pesquisas, nesta área relacionam-se diretamente com a produção de materiais diversos ou com a construção de processos a serem aplicados no trabalho educativo em saúde.

Política, Planejamento e Gestão em Vigilância em Saúde

Esta área temática vem se desenvolvendo por meio de estudos e investigações distribuídos em subtemas, relacionados ao processo de consolidação da Reforma Sanitária e do SUS e à reorientação das práticas de saúde. Tais estudos não podem perder de vista a forte relação entre a constituição da saúde coletiva como campo científico, o processo de redemocratização e a Reforma Sanitária.

Nesse cenário complexo e de transformações rápidas, a gestão do trabalho nos serviços de saúde adquire significado singular, dado o caráter especial que tem o trabalho no processo de produção da atenção à saúde. O trabalho em saúde tem implicações especiais, por não se tratar somente de uma mercadoria cujo valor se estipule consoante as regras de mercado ou mesmo de um fator de produção cuja utilização se estabeleça conforme regulamentos cristalizados em leis.

A gestão de um sistema de saúde orientado por essa lógica implica, outrossim, no planejamento e na programação das ações, em todos os níveis, tendo em vista as necessidades locais de saúde, que devem ser reconhecidas vis-à-vis à análise da situação de saúde local, que, além do perfil demográfico e de morbimortalidade da população, deve incorporar também a compreensão da disponibilidade dos recursos socio sanitários, da estrutura e do funcionamento do sistema de saúde local, bem como as relações entre o sistema de saúde e seus usuários (níveis de acessibilidade, de cobertura e de satisfação). Busca-se compreender as especificidades de grupos populacionais tanto no que se refere ao seu estado de saúde como também quanto às concepções de saúde-doença subjacentes, que informam a maneira como esses atores interpretam subjetiva e socialmente seus problemas, considerando-se ainda como se manifestam as relações de poder entre o setor saúde e a sociedade.

Vigilância em Saúde das Populações de Fronteiras

Uma área de interesse do Lavsa, e que vem sendo estruturada, diz respeito à questão da saúde nas fronteiras. A fronteira internacional é um novo desafio que aponta para o planejamento e a programação de ações/vigilância em saúde no Brasil. Ela é uma região com características próprias, com efeitos no comportamento das suas populações e, conseqüentemente, no processo saúde-adoecimento (RUMLEY e MINGHI, 1991; PRESCOTT, 1987). As populações das zonas de fronteira vivem estas assimetrias de um modo particular. A mobilidade transfronteiriça é parte constituinte da territorialidade das populações de fronteira e uma estratégia destas populações para superar os obstáculos colocados pelo limite internacional e usufruir as oportunidades oferecidas pela proximidade com o 'estrangeiro', consti-

tuindo, desse modo, uma territorialidade muito peculiar, que coloca problemas específicos para o planejamento e para a programação/vigilância em saúde nessas regiões.

Por estes motivos, a fronteira é quase sempre uma área particularmente vulnerável para a saúde, o que requer esforços específicos de investigação que possam embasar a implementação e o aperfeiçoamento de políticas públicas específicas para as populações dessas áreas, considerando-se as especificidades de cada região.

Movimentos Sociais e Saúde

O caráter e a abrangência da EPSJV colocam para o Lavsa o desafio de refletir e desenvolver atividades em todo o território nacional, inclusive sobre as realidades do campo e da floresta, como também as questões específicas que dizem respeito às populações envolvidas em conflitos socioambientais. Partimos do pressuposto de que as especificidades da saúde das populações do campo e da floresta requerem estratégias de formação profissional coerentes com tal realidade, assim como as questões de saúde das populações envolvidas em determinados conflitos socioambientais.

A temática a ser desenvolvida por esta área está relacionada à busca por um maior aprofundamento sobre as questões ligadas aos 'Movimentos Sociais e a Saúde' em nosso país (STOTZ, 1993). Dentre as tantas vertentes que a referida temática permite explorar, pretendemos abordar, em primeiro lugar, as relações existentes entre os Movimentos Sociais do Campo e da Floresta e o Estado brasileiro, no que concerne ao processo de formulação e implementação de políticas públicas de saúde. Essa perspectiva nos possibilita analisar o processo de definição de necessidades de saúde por esses sujeitos coletivos e pelo poder público estatal.

A relevância da referida temática é reforçada pela atual conjuntura, tendo em vista a formulação da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta (BRASIL, 2007). O Plano Operativo da Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta (BRASIL, 2007) se norteia pela articulação intersetorial e a transversalidade no desenvolvimento das ações prioritárias, baseada na Agenda de Saúde, que congrega cinco eixos: Acesso e Atenção Integral à Saúde; Educação Permanente, Informação e Comunicação; Vigilância em Saúde e Sistemas de Informação; Gestão, Participação e Controle Social; Saneamento, Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional. Ainda, segundo o referido documento, no âmbito do Ministério da Saúde, deve-se eleger ações que poderão impactar a situação de

saúde dessas populações em consonância com o Pacto pela Vida, tais como: ampliação da cobertura das equipes de Saúde da Família, concentração de recursos para as ações de saneamento básico e do programa Bolsa Família, redução da mortalidade materna e infantil, gerenciamento dos fatores de risco pela exposição aos agrotóxicos e outras substâncias químicas e articulação com as ações voltadas à saúde indígena.

Dentre os grupos populacionais abarcados pela Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, encontram-se os povos e comunidades tradicionais, como os indígenas, marcados por uma extrema vulnerabilidade e sujeitos, historicamente, a uma série de novos problemas de saúde, quase nunca acompanhados pelo acesso correspondente à assistência à saúde.

A diversidade sociocultural, geográfica e política dos povos indígenas e de suas diferentes formas de contato e inserção no cotidiano da sociedade, assim como a heterogeneidade da implantação do SUS, torna um desafio à construção de um modelo de atenção aos povos indígenas que considere os próprios conceitos de saúde e doença dessa população e permita uma construção coletiva e participativa.

Considerando a existência de uma política do Ministério da Saúde voltada especificamente para a atenção à saúde dessas populações, coloca-se como estratégico o desenvolvimento de projetos de pesquisa que abordem esta temática.

Gestão Local de Passivos Ambientais em Áreas de Conflitos Socioambientais

No Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, os passivos ambientais têm se tornado objetos de litígios e conflitos socioambientais, terrenos marcados por disputas judiciais, normalmente derivando em ações de reparação de danos aos ecossistemas, processos indenizatórios, ações civis públicas e assinaturas de Termos de Ajuste de Condutas (TACs).

Propomos nessa área a construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos, úteis como instrumento de gestão estratégica local, em fóruns decisórios e de negociação acerca do conflito ambiental, visando sobretudo ao fortalecimento do protagonismo das principais entidades civis atingidas pelo passivo, dependentes direta e indiretamente da capacidade de suporte dos ecossistemas. A meta é a utilização de cenários como instrumento de aprendizagem e capacitação, visando às intervenções propostas para áreas que apresentam conflitos ambientais.

Espera-se, assim, evidenciar junto aos atores sociais a perversidade do atual modelo de produção e consumo e das opções econômicas e políticas que o sustentam, assim como as alternativas aos modelos atuais de desenvolvimento econômi-

co, além de contribuir com o fortalecimento da ação política voltada para o processo de remediação dos danos ambientais que, quase sempre, excluem os grupos mais vulneráveis da gestão das áreas contaminadas.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Educação Profissional em Saúde
2. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde
3. Processos e Relações Sociais do Trabalho, da Educação e da Saúde

Diretório de Pesquisa Associado:

1. Tecnologias Educacionais em Saúde

LIC-Provoc – LABORATÓRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O LIC-Provoc foi criado em 2004 como efeito do processo de reestruturação organizacional promovido pela EPSJV, a partir do Programa de Vocação Científica. Sua missão é gerar, absorver e difundir conhecimentos na área da educação em ciência, tecnologia e saúde. Com a finalidade de promover a iniciação científica e contribuir para a formação de estudantes do Ensino Médio, o laboratório organiza e coordena programas e projetos educativos integrados a políticas públicas e ações estratégicas em educação em ciências.

O principal programa coordenado pelo laboratório é o de Vocação Científica (Provoc), que articula instituições de ensino (públicas e privadas) às instituições de pesquisa. A iniciação científica promovida pelo Provoc assume, desde 1986, uma dinâmica peculiar ao propor uma imersão de estudantes do Ensino Médio em um espaço eminentemente de pesquisa e desenvolvimento tecnológico – o laboratório. A partir de 1996, o Provoc descentralizou e ampliou sua proposta para os centros regionais mantidos pela Fiocruz e para instituições dedicadas à pesquisa nas áreas da química, engenharia e física. Em 2006, o LIC-Provoc assumiu a coordenação nacional da Olimpíada de Meio Ambiente e Saúde.

A compreensão do papel de programas como o Provoc e de ações como a Olimpíada, no interior de uma instituição dedicada à formação de trabalhadores para o setor saúde (P&D, Assistência, Produção), passa necessariamente pelo entendimento dos sentidos atribuídos à ação formadora e sua conexão com a Iniciação Científica (IC).

O LIC-Provoc concebe a IC como um conjunto de experiências educacionais orientadas fundamentalmente para a dimensão formativa, que visa a proporcionar ao aluno a vivência do processo de desenvolvimento de uma pesquisa científica, fomentando o interesse por esse campo de atuação que poderá contribuir para suas futuras escolhas profissionais.

A IC preconizada pelo Provoc transcorre a partir da vivência formal de estudantes do Ensino Médio nos espaços de produção de conhecimentos técnico-científicos, sem simulações e com a participação direta dos pesquisadores, os quais assumem o papel de orientadores. Essa proposta guarda íntima relação com alguns princípios que figuram na origem da ação formativa da EPSJV, a saber:

- a) a relação estreita entre o entendimento do processo de produção dos conhecimentos científicos e a capacidade de entender as práticas realizadas nos espaços de trabalho;

- b) a compreensão da ciência e de seu lugar nas sociedades ocidentais a partir do entendimento de suas práticas constituintes, isto é, da experimentação, das formas de sistematização de dados e sua difusão;
- c) a compreensão da pesquisa técnico-científica como atividade coletiva, contingencial e enraizada em contextos socioculturais específicos.

Nessa perspectiva, o processo de construção da ciência é considerado como resultante da interação entre sujeito e objeto, que se dá nas relações sociais permeadas por outros elementos determinantes – tais como a cultura e a ideologia. Dessa forma, a ciência é um processo dinâmico que deve ser compreendido “(...) como processo de inovação permanente pela via do questionamento sistemático crítico e criativo, com vistas a uma forma tanto mais competente de intervenção” (DEMO, 1997, p. 15).

O processo de construção e produção do conhecimento humano a partir dessa abordagem se dá nas relações sociais que, segundo Severino (1995), não são homogêneas nem lineares. Ao contrário, a sociedade humana é permeada por uma constante correlação de forças marcada por um coeficiente de poder: “Os indivíduos não se colocam uns ao lado dos outros em condições de igualdade, colocam-se hierarquicamente uns sobre os outros” (DEMO, 1997, p. 15).

Assim, ao longo da primeira etapa do programa, os alunos são familiarizados com as principais técnicas e objetos de trabalho do orientador. Gradativamente, assumem a execução de atividades com crescente grau de complexidade e de aproximação com o objeto de pesquisa do orientador.

Em um segundo momento, através da elaboração de um plano de trabalho composto por metas e objetivos bem delineados, inicia-se um processo de aprofundamento de algumas temáticas, em geral relacionadas ao objeto principal do projeto de pesquisa do orientador. É possível notar aqui uma concepção de trabalho como instância capaz de atribuir unidade entre teoria e prática ao longo do processo de conhecimento – concepção recorrente nas ações da EPSJV no campo da formação.

A vivência do mundo de trabalho permite a aprendizagem das formas de linguagem, das normas de conduta e formas de organização do trabalho próprias aos espaços de cada área do conhecimento. A formação científica envolve outros elementos necessários à manipulação conceitual e prática de artefatos, porém, de difícil apreensão fora dos espaços de produção do conhecimento. A proposta de IC encetada pelo Provoc encontra aqui um de seus principais méritos e diferenças, quando contraposta a outras iniciativas do campo da educação científica.

A vivência propiciada pelo programa se completa com a produção de materiais identificados, tradicionalmente, como instrumentos de difusão do conhecimento científico. Assim, ao final, os alunos são convidados a sistematizarem suas experiências em relatórios e difundirem sua produção científica em eventos científicos internos e externos às instituições.

Essa proposta singular e suas inúmeras implicações para a educação em ciência, a formação para a pesquisa técnico-científica e para experiências de IC são objetos de investigação privilegiados do Provoc e do laboratório desde a sua constituição. Assim, com relação à atividade de pesquisa, o objetivo geral do LIC-Provoc é consolidar uma agenda comprometida com a construção de conhecimentos multidisciplinares voltados para uma melhor compreensão das relações entre as práticas de formação em educação e em ciências e as práticas da pesquisa técnico-científica. Nos últimos anos, elegemos os seguintes temas como estratégicos:

- a) Educação em Ciências;
- b) Iniciação Científica na Educação Básica;
- c) Políticas de Juventude Voltadas para a Formação Profissional;
- d) Inovações Metodológicas na Área da Iniciação Científica;
- e) Práticas Científicas e Organização do Trabalho Técnico – Científico em Saúde;
- f) Educação Comparada de Programas de Treinamento em Ciência para Jovens;
- g) Carreiras e Profissões Científicas de Orientadores e Egressos;
- h) Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos;
- i) C&T para a Inclusão Social;
- j) Olimpíadas Científicas;
- k) Ética na Pesquisa Biomédica.

Áreas Temáticas de Investigação:

Ciência e Gênero

O objetivo desta área é compreender como as questões de gênero influenciam o processo de escolha dos estudantes pelo Programa de Vocação Científica durante o Ensino Médio. Embora a histórica predominância feminina não seja exclusiva da iniciação científica, cabe destacar que, percentualmente, ela é ainda mais intensa no Provoc/Fiocruz do que nas estatísticas educacionais brasileiras em geral. O

objetivo central dos projetos oriundos dessa área é buscar a compreensão e os significados deste desequilíbrio quantitativo.

Iniciação Científica para Jovens de Ensino Médio

Esta área pretende investigar o processo de formulação de projetos profissionais dos jovens, tomando as suas escolhas como ponto de partida, através do acompanhamento do estudo de suas trajetórias de egresso. Buscamos promover projetos a respeito da interação entre a educação e a formação científica e tecnológica de jovens da educação básica. Nesse sentido, desenvolvemos estudos sobre modelos políticos pedagógicos na educação científica e tecnológica, considerando-as parte do processo histórico de transformação das sociedades e da cultura.

Práticas Científicas, Organização do Trabalho e Produção do Conhecimento em Saúde

Nesta área, propomos o desenvolvimento de estudos socioantropológicos acerca das atividades tecnocientíficas realizadas nos laboratórios das instituições públicas de pesquisa (IPP), em torno dos seguintes temas:

- a) os modos de organização das atividades de pesquisa tecnocientífica;
- b) as práticas materiais da pesquisa tecnocientífica;
- c) a posição dos equipamentos, artefatos e técnicas na produção dos conhecimentos tecnocientíficos;
- d) a análise da produção de dispositivos práticos de coordenação de trabalho em laboratórios.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores de Saúde
2. Educação em Ciências e Iniciação Científica no Ensino Médio e na Educação Profissional em Saúde

Diretório de Pesquisa Associados:

1. Grupo de pesquisa Ciência, Tecnologia, Educação e Cultura (CiTec)

Lires – LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM INFORMAÇÕES E REGISTROS EM SAÚDE

O Lires tem como principal atribuição consolidar a área de informações e registros em saúde como um campo de conhecimento e objeto de ensino e pesquisa na Educação Profissional em Saúde. Suas atividades na formação e especialização de técnicos em Registros e Informações em Saúde para o SUS contribuem para que estes estejam aptos para atuar no planejamento, na organização, na administração e na coordenação de serviços de registros e informações em saúde – considerados os padrões éticos, bem como as relações e práticas profissionais humanizadas.

No desenvolvimento dessas atividades, inclui-se a produção de textos didáticos e a capacitação de equipes docentes das escolas técnicas do SUS. Seus cursos estão voltados, principalmente, para o pessoal de nível médio que trabalha na produção de informação aplicada ao planejamento, ao controle e à avaliação das ações e dos serviços de saúde.

Assim sendo, a seguir serão delineadas as diretrizes da atuação do laboratório no campo da pesquisa – tomada como parte integrante e imprescindível da nossa missão –, que têm como objetivo não só o aprimoramento das ações em educação profissional realizadas pela EPSJV, como também contribuir para o avanço e o desenvolvimento da área nas atividades ligadas ao SUS.

Informação em Saúde

É a partir do século XIX, período que marca o recrudescimento dos estudos em epidemiologia, que a necessidade de comunicar questões relacionadas à saúde das populações se torna a grande alavanca para a disseminação da área de Informações em Saúde. Quase que concomitantemente, a estatística do final desse século XIX e início do século XX, inspiradora de estudiosos como Benthan, Price, Laplace e Galton (ROSEN, 1994), pode ser vista, também, como um ponto de partida importante para a geração de Informações em Saúde, de forma agregada e preditiva.

Daí pode-se partir, sem muito pecado, para as primeiras peças da Informação em Saúde, compostas pelas Estatísticas Vitais, pelas Tábuas de Sobrevida, enfim, por instrumentos de predição e inferência de estados de saúde a partir do *status* atual de um grupo de pessoas em determinado contexto de saúde.

Nos tempos atuais, a expressão 'informação em saúde' congrega vários outros termos e múltiplas dimensões, podendo ser tomada, portanto, por um constructo. Daí termos, de forma esquemática (MORAES e GOMEZ, 2007), a possibilidade de

observar a informação em saúde como subsídio para o próprio setor saúde: na administração; na assistência; no controle e na avaliação; no orçamento e nas finanças; no planejamento; nos recursos humanos; na regulação; na saúde suplementar; no geoprocessamento em saúde e na vigilância (epidemiológica, sanitária, ambiental). Em consequência disso, por considerarmos que muitos não resistem à tentação de trabalhar de forma reducionista, dado o caráter multidimensional da expressão, torna-se imprescindível dizer, para reforçar o conceito aqui ancorado, o que ele não é:

- a) a mera transformação, por meio do processamento de dados, do dado registrado em informação em saúde;
- b) a disseminação e/ou construção indiscriminada de sistemas de informações em saúde;
- c) um banco de dados de um determinado sistema em saúde;
- d) um conjunto de indicadores em saúde de determinada região, população ou doença;
- e) um aparato informático que produz informação;
- f) um conjunto de relatórios gerados a partir de uma miríade de sistemas de informações construídos sobre uma lógica fragmentada.

Dessa forma, temos que, apesar de ser intrínseco à informação o seu potencial de fabricação, desenho (projeto) ou concepção, ela (a informação em saúde), por si só, não tem significado quando isolada. 'Informação em Saúde', apartada de uma política nacional de informação e informática na saúde que prime pelo controle social e pela utilização ética e fidedigna de dados produzidos com qualidade – sejam relativos ao cidadão ou aos gestores do sistema –, não é mais do que um mote, uma expressão vazia. E se assim o for, ela servirá tanto à produção de informações importantes e pertinentes quanto, também, à disseminação de equívocos e de produtos de manipulação indevida dos dados em saúde. Destaque-se que, ao se adotar o conceito ampliado de saúde como resultado das condições de vida, as informações em saúde acabam por se referir, por analogia, às informações que permitem conhecer e monitorar essas condições, não se limitando a identificar a presença ou a ausência de doenças. Assim, a 'Informação em Saúde' colabora na produção do conhecimento sobre a situação de saúde, orientando o planejamento de ações e serviços, possibilitando sua supervisão e subsidiando a avaliação do impacto destas ações na realidade da saúde da população.

Paralelamente, o trabalho com a informação, em vários níveis e formas, pode denunciar intenções de jogo de poder e desvelar interesses políticos. Construir uns

indicadores e não outros, disponibilizar uma informação e não outra, e destacar ou minimizar determinada informação não são práticas que se diferenciam muito da omissão ou da distorção de informações.

Como é possível notar, a pesquisa no campo da Informação e Registros em Saúde não se constitui em tarefa simples, desprovida de sutilezas, disputas e conflitos, mas em ramo estratégico para o aperfeiçoamento e aprofundamento das conquistas representadas por um sistema de saúde que se pretende universal como o SUS. É nesse registro que compreendemos a pesquisa neste laboratório.

Áreas Temáticas de Investigação:

Informação e Registros em Saúde

Essa área temática pretende fomentar investigações científicas, com vistas à produção de conhecimento, por meio da publicação de estudos, aprofundando, atualizando e ampliando temas relacionados à área de informações e registros em saúde.

De uma maneira geral, as atividades relacionadas a essa linha de pesquisa compreendem:

- Investigações/pesquisas que utilizem dados secundários oriundos dos sistemas de informação em saúde de base nacional;
- Investigações/pesquisas que contribuam para o aperfeiçoamento dos sistemas de informação em saúde de base nacional;
- Análises (estatísticas e epidemiológicas) de dados secundários com vistas ao reconhecimento de potencialidades, deficiências e questões pertinentes à melhoria dos registros em saúde, bem como da qualidade dos dados coletados e, conseqüentemente, das informações em saúde;
- Integração das bases de dados dos sistemas de informação em saúde de base nacional, com vistas às investigações/pesquisas que contribuam para um melhor acompanhamento da situação de saúde no país, sejam elas epidemiológicas, ambientais ou sociais;
- Aperfeiçoamento/desenvolvimento de métodos e técnicas de análise de dados secundários em saúde, com vistas à produção de indicadores de saúde que possam contribuir para o monitoramento e a melhoria da saúde da população;
- Desenvolvimento de rotinas e técnicas computacionais que promovam o aprimoramento de estratégias de uso dos dados secundários em saúde;

- Investigações/pesquisas que possibilitem compreender melhor o campo de atuação dos profissionais de nível médio que trabalham na área de informações e registros em saúde, com vistas ao aprimoramento e a novas proposições de conteúdos programáticos que visem à melhoria da capacitação desses profissionais;
- Produção de materiais educacionais que contribuam para a melhoria da aprendizagem e do ensino de métodos e técnicas de análise de dados secundários em saúde.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde
2. Educação Profissional em Saúde
3. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
4. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde

CCDE – COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EVENTOS

Refletir sobre as concepções de comunicação da EPSJV e suas relações com a pesquisa significa reconhecer, antes de tudo, que este é um campo de conhecimentos e de práticas que se dá para além de um conjunto de técnicas profissionais objetivas. Significa, portanto, acreditar que, embora se trate estruturalmente do que se costuma considerar uma atividade-meio, as ações de comunicação não podem prescindir da articulação intrínseca com os objetos da atividade-fim da instituição, tanto no que diz respeito aos seus conteúdos quanto em relação à visão de mundo que a orienta.

No caso específico da EPSJV, falar sobre comunicação significa destacar duas características institucionais específicas. A primeira diz respeito ao fato de que estamos tratando de uma instituição pública, federal, que, como unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz, se apresenta como organização de Estado, capaz de propor e sustentar políticas públicas permanentes. Essa consideração é importante, principalmente, porque nos permite defender que a comunicação tem funções diferentes em instituições públicas e privadas. Nestas últimas, ela integra a estrutura de desenvolvimento institucional que, em última instância, visa a aumentar a lucratividade da empresa. No caso de instituições como a Fiocruz, supomos que a função da comunicação seja contribuir para a instrumentalização política dos sujeitos na sua área de atuação – no nosso caso, genericamente, a saúde pública. E, se os objetivos são diferentes, diferentes também devem ser os métodos, os enfoques, os meios e as práticas.

A segunda característica que merece destaque refere-se ao campo de atuação da Escola Politécnica: a Educação Profissional em Saúde. Por um lado, está aqui situada a necessária associação da comunicação com a educação, entendendo-a, portanto, como um caminho para a formação dos cidadãos, mais do que para promover a visibilidade institucional ou fornecer informações imediatas tidas como de ‘interesse público’. Por outro, fala-se aqui de um segmento da educação que lida com a relação entre conhecimentos gerais e específicos, entre mundo da vida e do trabalho, entre teoria e prática. Essa localização é importante porque é apenas no contexto de superação dessas dicotomias que a comunicação pode ser pensada como mais do que uma atividade técnica instrumental, executada a partir de um conjunto de técnicas-padrão, que servem a quaisquer objetivos.

Por fim, na Escola Politécnica, tratamos de educação para a saúde, campo de saberes e práticas que historicamente lutou contra o autoritarismo de um Estado

centralizador, defendendo a participação social na formulação e no acompanhamento de políticas públicas. Como se sabe, ao instituir formalmente o chamado controle social, o campo da saúde criou dois caminhos legítimos para a sua prática: os conselhos e as conferências de saúde. Apesar do que se possa analisar como conquistas e insucessos desse processo, a comunicação ganha importância quando se entende, cada vez mais, que a participação social precisa se dar para além desses espaços institucionalizados. A comunicação se apresenta, portanto, como o caminho que deve não só 'informar' a sociedade sobre o que se passa em determinado campo, mas também propiciar espaços de debate e construção coletiva e democrática sobre os temas envolvidos. Isso significa assumir que a esfera pública de construção da democracia, tida como cada vez mais enfraquecida, talvez hoje possa se dar, de alguma forma, como esfera pública midiática, mas que nem por isso precisa, como costumamos nos convencer, se concentrar nos meios de comunicação de massa. Em outras palavras, trata-se de supor que, se os espaços de encontro se retraem, a comunicação – e suas mediações e tecnologias – pode buscar facilitar o debate público mas, para isso, é preciso que ela seja assumida como caminho e estratégia por instituições que, diferente da grande mídia, sejam capazes de pautar um outro olhar, contra-hegemônico, sobre o mundo, propiciando um outro tipo de diálogo com a sociedade.

Comunicação e Linhas de Pesquisa da EPSJV

A seguir, apresentamos discussões sobre possíveis temas de pesquisa relacionados à comunicação, tendo como referência as linhas de pesquisa da EPSJV que, mais proximamente, consideramos, dialogam com o setor.

Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde

Esta é a linha que, de forma mais genérica, pode abarcar todos os temas de pesquisa relacionados à comunicação na EPSJV. Permite, portanto, o estudo sobre todos os objetos tidos como próprios da comunicação – área interdisciplinar por natureza – aplicados ao campo da saúde, da educação e da ciência de forma mais ampla.

Instrumentos e metodologias de divulgação científica, por exemplo, compõem um objeto privilegiado de estudos da comunicação aplicada a qualquer campo de conhecimento e ganham especial importância em áreas como a saúde e a educação, em que o conhecimento serve à política e à intervenção social direta. De forma complementar, mas ainda integrando o universo da divulgação científica, a questão da linguagem também é objeto óbvio desta linha de pesquisa na medida

em que traz à tona a discussão sobre o papel de tradução e interpretação presente na comunicação como estratégia mais de 'formação' do que de 'informação'. Da mesma forma, também tem pertinência, nesta linha, a investigação sobre os meios – objeto clássico da comunicação –, entendidos como, mais do que suportes, 'tecnologias' coerentes com uma ou outra concepção de comunicação e educação.

Por fim, cabem neste recorte mais genérico do campo da comunicação associado ao da saúde os estudos que, utilizando os conceitos e métodos da análise do discurso, investigam os sentidos de saúde e educação que são produzidos pela mídia, materializada na imprensa (discurso jornalístico) e na publicidade.

Concepções e práticas na formação dos trabalhadores da saúde

A comunicação pode ser objeto desta linha de pesquisa na medida em que, tal como ocorre com a educação, também é possível – e necessário – mapear as teorias e os conceitos que orientam as concepções e práticas de comunicação na sociedade contemporânea, com recortes específicos para o campo da saúde.

Reiterando o que já foi dito anteriormente, de que a comunicação e suas práticas específicas (como o jornalismo e a publicidade, por exemplo) são mais do que um conjunto de técnicas profissionais, pode-se compreender que também as ações de comunicação são orientadas por referenciais que se localizam na história, denotando diferentes visões de mundo.

Nesse sentido, seguem listados possíveis temas de interesse de pesquisa da EPSJV no que se refere ao campo da comunicação:

a) Modelos de Comunicação e Educação – Estudo comparativo e analítico sobre os referenciais teóricos que orientaram, ao longo do tempo, os modelos de comunicação e os diferentes tipos de 'pedagogia' no mundo e no Brasil. Supõe-se, com essa indicação, que exista uma coerência entre o caminho seguido por essas duas áreas, principalmente, por tratar-se de campos de práticas sociais que, como tal, acompanham o desenvolvimento histórico do capitalismo, como apropriação ou resistência, sem contar o fato de que, historicamente, a comunicação tem sido apropriada como caminho para a educação não-formal da sociedade, de modo que é possível supor que seu desenvolvimento acompanha o desenvolvimento (ou enfraquecimento) da educação formal.

b) Comunicação pedagógica – Estudo de modelos e práticas de comunicação orientadas pela perspectiva formativa, que pressupõe a produção de conhecimento, em oposição à perspectiva informativa que se mostra como hegemônica, tanto nas grandes mídias quanto na comunicação comunitária ou alternativa. Historicamen-

te, de alguma forma, a identidade da comunicação (jornalismo, principalmente) se construía em parte por diferenciação com o campo da educação, este sim responsável pelas práticas de conhecimento. No limiar do discurso pós-moderno, identifica-se, pelo campo da educação, o momento em que esse processo de informação do mundo invadiu também o espaço escolar. No campo da educação propriamente, a valorização cada vez maior de metodologias, como a da problematização, e de pedagogias, como a das competências, são indícios da capilarização dessa tendência mais informativa do que cognitiva na educação. Trata-se, mais uma vez, da perda dos fundamentos, valorização do imediato em função da eficácia e do esvaziamento do foco na formação humana, mesmo mascarada pelo discurso da perspectiva crítica. Por essa concepção, o conhecimento nunca é algo dado (nem o real, da mesma forma), mas sim construído junto, individualmente, em função da experiência e não dos fundamentos científicos, históricos ou filosóficos de determinada disciplina ou área do conhecimento. Se, pela perspectiva pós-moderna, a educação se esvaziou de conhecimento e os espaços e práticas de comunicação se tornaram legítimos meios de educação (no sentido contemporâneo), nos parece que essa luta pelo sentido e pelo conhecimento precise alcançar também o campo da comunicação. Diríamos, na verdade, que se trata de uma total inversão: indiferenciar (ou quase) sim, mas contaminando a comunicação com a perspectiva educativa moderno-democrática, e não incentivando, duplamente, uma comunicação e uma educação informacionais. Destrinchar o processo histórico e técnico que tornou a comunicação (e o jornalismo, em especial) prática eminentemente informacional, mapear as teorias e conceitos da educação que subvertam essa lógica e descobrir os caminhos metodológicos para repensar a prática comunicacional a partir da Educação, são possíveis objetivos e fases deste tema de pesquisa, construindo a categoria-modelo de comunicação pedagógica ou jornalismo pedagógico. Este tema permite ainda analisar a hipótese de que o discurso de esvaziamento da educação formal (e do espaço da escola), que supervaloriza a educação na vida, talvez se ancore, em grande medida, na expansão de práticas comunicativas, indiferenciando formação e informação.

Gestão do Trabalho na Educação e na Saúde

Nesta linha, a comunicação pode ser objeto de pesquisa se compreendida no seu sentido lato, que vai além das práticas profissionais e se amplia como um atributo humano, orientador das relações sociais e, mais especificamente, das relações profissionais. Significa, portanto, pensar a comunicação em articulação com as práticas de educação em saúde (educação não-formal), fundamental à formação dos trabalhadores. Sugere-se, então, o tema a seguir, como passível de se tornar objeto de pesquisa na EPSJV:

a) Comunicação e formação em saúde – Estudo de como a comunicação, entendida como prática determinante da condição humana, é inserida nos currículos de formação dos trabalhadores da saúde nos diversos níveis. Esse processo pode supor diferentes fases: identificar a existência ou não da comunicação como disciplina nos cursos; e compreender as concepções de comunicação adotadas nos planos de curso e sua coerência com as concepções de saúde e educação descritas nos projetos político-pedagógicos das instituições.

Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde

Ao se propor a estudar as diferentes configurações do Estado capitalista ao longo da história, esta linha abre espaço para pesquisas que se ocupem a entender o processo de publicização e privatização das práticas e dos meios de comunicação ao longo do tempo e suas diferentes apropriações pelo Estado. Sugere-se, na EPSJV, o seguinte possível tema de pesquisa:

a) Comunicação pública – Estudo da apropriação de técnicas e instrumentos de comunicação pelo Estado ao longo da história, com vistas à educação/doutrinação da população; pesquisa sobre o processo de privatização desse papel de 'educação social' em coerência com as mudanças do perfil do Estado nas reconfigurações contemporâneas do sistema capitalista; estudo sobre o investimento e a capacidade da sociedade civil organizada – e do controle social no caso específico da saúde – de se apropriar de técnicas e instrumentos de comunicação que promovam uma comunicação pública para além de uma comunicação estatal. Por fim, esse tema abre espaço ainda para o estudo das concepções e práticas de comunicação de instituições de Estado (e não apenas de governo), como a Fiocruz, entendidas como ambientes capazes de, pela construção de uma comunicação pública, entrar na luta pela hegemonia do discurso que significa o seu campo de atuação (no caso da Fiocruz, o discurso sobre saúde e ciência; no caso da EPSJV, também o discurso sobre educação).

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde
2. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores de Saúde
3. Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde
4. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde

CCI – COORDENAÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O presente documento tem por objetivo registrar e explicitar os projetos de pesquisa e as atividades de estudo que irão subsidiar o trabalho e as ações a serem desenvolvidas no âmbito da CCI da EPSJV/Fiocruz.

O objetivo proposto inicia-se com o entendimento do papel e da natureza da cooperação técnica desenvolvida através da CCI, que se desdobra em um conjunto de atividades que partem do contexto interno da EPSJV e se ampliam em ações que se desenvolvem no âmbito internacional.

Tendo sido criada em julho de 2004, quando a EPSJV foi reconhecida como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS), a CCI resulta de uma efetiva ampliação das atividades da escola, criada com a função principal de transformar e viabilizar as atividades por nós desenvolvidas em objetos de cooperação técnica com outros países, através de parcerias tanto de caráter multilateral, como a OMS, quanto de caráter bilateral, com países do continente americano e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop).

No sentido de fornecer subsídios à escola no âmbito das atividades que compõem o singular universo da cooperação internacional, é de competência da CCI “coordenar a cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, difundindo informações técnicas e participando da disseminação das atividades da EPSJV junto aos organismos e entidades internacionais”, coordenar a cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, difundindo informações técnicas e participando da disseminação das atividades da EPSJV junto aos organismos e entidades internacionais.

Diante dessas colocações, a elaboração do presente Termo de Referência se constitui num instrumento estratégico, complementando e aprofundando a reflexão sobre as questões que pautam a relação articulada entre EPSJV/CCI e CCI/países parceiros, tendo em vista as atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação internacional. Nesse sentido, nossos pontos de partida são a função e o papel da EPSJV, explicitados em seu Projeto Político Pedagógico (PPP).

Sendo uma unidade técnico-científica responsável pela coordenação e execução das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica na área de educação profissional em níveis de formação inicial, continuada e técnico em saúde, especialização técnica e pós-graduação, a EPSJV, para dar conta de suas funções, desenvolve um conjunto de atividades que se articulam em dois eixos principais: 1) a elaboração de projetos de política, regulamentação, currículos, cursos, metodologias e tecnologias educacionais voltados para a formação de técnicos

em saúde; 2) a produção e divulgação de conhecimentos nas áreas de trabalho, saúde e educação.

Destacando-se a especificidade da EPSJV, sua missão não se restringe à formação de técnicos em saúde, mas em atuar também, através dessa prática, como mediadora do processo de produção de conhecimento sobre a relação que se estabelece entre trabalho, educação e saúde. Nesse sentido, em relação às atividades de cooperação internacional, além de poder oferecer a países cooperados cursos de formação de técnicos e/ou de docentes que fortaleçam suas equipes de saúde, a EPSJV privilegia a troca de conhecimentos científicos relativos à educação profissional que potencializem o desenvolvimento dessa área em benefício das políticas públicas de trabalho, educação e saúde, no que diz respeito tanto à realidade brasileira quanto em relação aos demais países parceiros.

Nesse contexto, a natureza do trabalho da CCI resulta tanto da dinâmica interna da escola, envolvendo seus diferentes núcleos de trabalho e suas respectivas práticas, quanto do universo externo, expresso nas múltiplas e singulares atividades demandadas pelo encaminhamento, definição e desenvolvimento das atividades com outros países. Longe de se tratar de um conjunto homogêneo de ações, o trabalho desenvolvido pela CCI se singulariza ao se pautar num dinâmico processo de construção que conjuga:

- a) a especificidade do trabalho educacional e técnico desenvolvido pela Escola, no que se refere às questões da educação de técnicos em saúde;
- b) a singularidade do contexto de cada país com o qual se desenvolva uma cooperação técnica voltada à educação de técnicos em saúde.

Assim sendo, o trabalho da CCI, de transformar as atividades da escola em objetos de cooperação técnica com outros países, acaba retornando insumos para a própria escola, realimentando-a e atualizando-a em relação aos cenários internacionais. O retorno dessas informações e experiências acaba fornecendo subsídios para novas concepções e práticas de educação de técnicos em saúde, tanto no âmbito da própria escola quanto no âmbito das políticas públicas em contexto nacional. Nesse sentido, é importante assinalar que é no escopo dessas questões e na especificidade de suas demandas que se situam as linhas de estudo ora encaminhadas pela CCI.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores em Saúde

2. Políticas Públicas, Planejamento e Gestão do Trabalho, da Educação e da Saúde

No entendimento da CCI, as linhas de pesquisa citadas permitem identificar áreas temáticas de investigação possíveis, que serão discriminadas a seguir.

Identificação e concepção de cenários internacionais relacionados com o tema da educação de técnicos em saúde

A preocupação que se coloca na identificação de cenários internacionais se concentra na concepção de análises críticas que se iniciam nos estudos sobre o conceito de imperialismo – primeiras reflexões explícitas de aplicação da teoria marxista à compreensão das relações internacionais. O foco da reflexão se concentrará nos mecanismos da governança global, tendo por pressuposto a existência de uma forma de organização da economia política internacional que garante a reprodução do capitalismo. No âmbito dessa lógica é que entendemos as possibilidades contra-hegemônicas de compreensão das atuais concepções da educação de técnicos em saúde.

Organismos internacionais – abordagem histórica e estratégias políticas e técnicas de cooperação internacional

Desenvolvimento de um estudo crítico tendo como foco a busca de uma compreensão histórica e ampliada dos organismos internacionais e seus mecanismos de atuação. Partindo de um referencial gramsciano, buscamos compreender as organizações internacionais como mecanismos pelos quais as normas universais de uma hegemonia mundial se expressam. Segundo Cox (2007, p. 119), “as instituições internacionais corporificam regras que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, mas permitem simultaneamente aos interesses subordinados fazerem ajustes com um mínimo de desgaste”. Para além do entendimento de como se desenvolveram historicamente, nosso objetivo é não só perceber a interferência dessas instituições no âmbito específico das políticas educacionais e de saúde dos países envolvidos como também identificar as possibilidades estratégicas de cooperação internacional a serem implementadas pela EPSJV.

Estudos sobre a África e a América Latina – contexto histórico e conjunturas atuais

O conteúdo desses estudos irá se apoiar numa abordagem de caráter exploratório e crítico, levando-se em conta o universo das produções acadêmicas sobre África e América Latina, tendo em vista a identificação de autores de referência que possam subsidiar e aprofundar a compreensão dos fenômenos que caracterizam a atualidade desses contextos. Trata-se de uma linha de estudo que deverá se apropriar das metodologias dos estudos comparados, de modo a gerar conhecimentos que subsidiem nossa compreensão dos específicos sistemas educacionais e de saúde dos diferentes países e, dessa forma, potencializem nossas possibilidades de troca e transferência no âmbito das políticas de trabalho, educação e saúde a serem implementadas. São estudos que, ao trabalharem com a lógica da reconstrução histórica, irão nos possibilitar não só compreender as políticas de educação técnica e de saúde dos diferentes países, mas também dar embasamento a uma política de cooperação internacional voltada à própria especificidade dessas sociedades.

Nuted – NÚCLEO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS EM SAÚDE

O desenvolvimento técnico-científico ocorrido a partir da segunda metade do século XX trouxe profundos impactos no modo de organização da sociedade capitalista moderna, impactos que atingem desde a estruturação do mundo do trabalho até os processos de subjetivação humana. Tal revolução caracteriza-se pelo crescimento da produção e pela utilização da microeletrônica, da energia atômica, da cibernética, da biotecnologia, da engenharia genética etc. Este crescimento alia-se a uma intensificação da concorrência intercapitalista, instaurando um processo concomitante de aceleração da acumulação de capital e de profunda recessão, um processo capaz de colapsar países inteiros. Esta reorganização no modo de produção material da existência, centrada no sistema de flexibilização e de automação, ou seja, na redução do trabalho vivo, provoca inclusive uma ruptura cultural e estética, marcada fundamentalmente por uma extensa colonização da natureza e da psique humana, ambas integradas de forma subordinada à lógica do fetichismo das mercadorias, que assume feições cada vez mais violentas com a instauração da sociedade do espetáculo e da contemplação passiva, isto é, da sociedade do capital que se torna imagem, fomentando novas técnicas de controle social e de destruição da natureza (DEBORD, 1997; JAMESON, 1997).

Deste modo, a relação entre educação, tecnologia e técnicas de produção deve ser compreendida não como um processo naturalizado, mas como fruto de processos histórico-sociais que podem gerar tanto a abundância como a escassez, tanto a liberdade como o autoritarismo. Para Marcuse, a tecnologia deve ser compreendida como uma totalidade social da era da máquina, como modo de produção e organização social, incluindo os instrumentos, dispositivos e invenções humanas, podendo perpetuar ou modificar as relações sociais. No século XX, a tecnologia torna-se uma manifestação da racionalidade instrumental, pautada na eficácia e eficiência da expansão do valor, dos padrões de consumo dominantes e da lógica do controle social. No entanto, não existe tecnologia sem pensamento e ação humana. Os homens são fatores de tecnologia, eles inventam as máquinas, fazem as manutenções necessárias e, além de tudo, participam de grupos sociais que definem as formas de aplicação e de utilização das invenções tecnológicas. (MARCUSE, 1999).

Diante deste quadro, como podemos potencializar a relação tecnologia, educação e saúde no sentido da valorização dos processos de formação humana como práxis da liberdade, como autonomia do indivíduo e da coletividade, como consolidação de uma subjetividade crítica capaz, inclusive, de imaginar outras formas de sociabilidade para além do capital?

Como tornar orgânica a relação entre ensino e pesquisa de modo a gerar materiais teóricos e pedagógicos que envolvam as técnicas de produção audiovisual, de hipermídia, de ambientes virtuais de aprendizagem e de jogos educativos, indo além de uma visão instrumental da tecnologia, ou mesmo de uma visão conteudista de educação, a fim de superar a naturalização da pedagogia iluminista e autoritária tão presente em nossa formação e em nossa práxis docente, levando em consideração novas práticas de linguagem e de processos de produção coletiva do conhecimento por parte dos professores-pesquisadores e dos alunos? Este é o desafio posto nestes primórdios do século XXI.

O Campo Teórico-Methodológico

Como campo de estudo e disciplina, a tecnologia educacional surge nos anos 1940 nos Estados Unidos, estando vinculada à tecnologia militar. Sua expressão predominante foi o audiovisual, compreendido como instrumento pedagógico dentro dos cursos de formação de militares no contexto da Segunda Guerra Mundial. Dentro dos institutos de ensino superior, cria-se um campo para a pesquisa sobre as aplicações do meio audiovisual no ensino.

Nos anos 1940 e 1950, com os estudos de Skinner, baseados no condicionamento operante e aplicados ao ensino programado, inicia-se uma outra tendência de estudo e pesquisa da tecnologia educacional que se articula com o campo da psicologia da aprendizagem. Nas décadas de 1960 e 1970, o campo da tecnologia educacional se aproximará da teoria da comunicação, em função do avanço dos processos de reprodução e difusão de imagens e informações através da rede de computadores interligados. Nas últimas décadas do século XX, intensifica-se a criação de programas com finalidades educativas apoiados nas máquinas e nos dispositivos projetados para armazenar, processar e transmitir, de modo flexível, grandes quantidades de informação. (PONS, 1998).

Segundo Pons, existem duas linhas de trabalho em relação ao objeto da tecnologia educacional. Uma primeira linha, desenvolvida nos anos 1950 e 1960, centrada no estudo dos meios de ensino, nos instrumentos que geram aprendizagem. E uma segunda linha de estudos, desenvolvida a partir dos anos 1970, centrada no ensino como processo tecnológico. Estas duas linhas de trabalho apontam para a confluência entre os campos da psicologia da aprendizagem, da psicologia sistêmica e da teoria da comunicação, que muitas vezes reforçam o caráter eficaz da tecnologia aplicada à educação, bem como uma metodologia conteudista marcada pela quantificação. Nos dias atuais, a análise dos processos comunicativos vai além da

teoria matemática da informação, sendo incorporada pela sociologia, pela linguística, pela crítica da cultura, abrindo, portanto, para uma perspectiva interdisciplinar (PONS, 1998).

A tecnologia educacional deve ser encarada como meio, como processo da dialética existente entre ensino-aprendizagem e como produto. Sua finalidade é potencializar a capacidade integradora, interdisciplinar, que agrega conceitos e reflexões da filosofia, da psicologia, da historiografia, da crítica da cultura, da informática e da comunicação. Seu horizonte deve estar na produção coletiva de um conhecimento crítico e criativo que supera na práxis docente e discente a concepção iluminista e positivista de educação.

Portanto, a tecnologia educacional deve assumir tanto uma perspectiva conceitual quanto uma perspectiva experimental no uso e na produção dos materiais, seja na forma impressa, audiovisual, ou na forma de hipermídia ou de comunidades colaborativas. É através da interdisciplinaridade (educação, saúde, história, crítica da cultura, filosofia, psicologia da aprendizagem, psicanálise, teoria da informação e da comunicação) e de uma série de experimentações, da ordem da produção coletiva dos professores-pesquisadores e dos alunos, que a tecnologia educacional pode assumir um lugar na educação para além do impregnado fetiche das inovações tecnológicas, que por si só não trazem avanços na reflexão sobre os processos de formação humana necessários no contexto de uma sociedade em colapso. Assim sendo, a tecnologia educacional assume uma perspectiva social e política.

O estudo dos conceitos e a exploração do impulso lúdico, aliados à pesquisa sobre determinado conteúdo e ao domínio de técnicas de produção audiovisual e de hipermídia, abrem possibilidades para a tecnologia educacional atravessar o currículo em sua totalidade, de forma interdisciplinar, superando a razão instrumental que pauta a eficiência e eficácia do meio tecnológico e do conhecimento unilateral, especializado e vendável. A tecnologia educacional deve ser encarada como processo de participação e de produção coletiva de conhecimento, onde professores-pesquisadores e alunos decidem a respeito da utilização e construção de programas e meios tecnológicos frente a determinados conteúdos, elaborando no processo sua finalidade pedagógica.

O século XXI materializa a expansão das tecnologias de informação e comunicação (computadores, celulares, correios eletrônicos etc.), bem como a expansão de produtos audiovisuais, de programas educativos integrados (multimídias, hipertextos, comunidades de aprendizagem *on-line*), de sistemas informatizados para a direção e administração das instituições educacionais públicas e privadas. Esta expansão, no entanto, mantém e reforça a estrutura do capital, consolidando gran-

des corporações que mercantilizam a educação e impõem processos de formação humana aligeirados, reprodutores da contemplação passiva, reforçando, inclusive, a hegemonia de uma educação positivista e instrumental, que sobrevaloriza a objetividade dos meios, métodos e técnicas e, ao mesmo tempo, enquadra os sujeitos na condição de uma subjetividade subordinada aos desígnios da expansão do valor. Portanto, cabe aos professores-pesquisadores a reconstrução histórica do campo da tecnologia educacional, bem como sua superação contra-hegemônica na perspectiva da formação do sujeito histórico e estético, crítico e criativo, influenciando na elaboração teórica, bem como na apropriação social dos novos meios tecnológicos.

A Tecnologia Educacional no Universo da Politecnicidade e da Linguagem da Arte

Qual o significado da politecnicidade no contexto do desenvolvimento tecnológico e científico ocorrido a partir da segunda metade do século XX? Quais são suas potencialidades críticas no que tange aos processos de ensino e pesquisa que interagem com o campo da tecnologia educacional?

A concepção de politecnicidade surge no século XIX no contexto do capitalismo industrial, como uma crítica à divisão social e técnica do trabalho, empreendida por Marx. A dinâmica da sociedade moderna e seus avanços, no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas, implica um aumento dos conteúdos científicos, que transformam de forma cada vez mais veloz a natureza e as relações sociais. Segundo Marx, a alienação humana é reforçada pelas exigências de especialização extrema e de unilateralidade de um trabalho subsumido ao capital. Deste modo, os movimentos sociais e partidos políticos deveriam empregar um tipo de educação voltada para a formação do homem omnilateral, capaz de conhecer os fundamentos técnico-científicos da sociedade moderna, suas implicações históricas, políticas, sociais, bem como seus diferenciados processos de produção, estando disposto a realizar de forma integrada atividades teóricas e práticas de acordo com as necessidades sociais e com os desejos individuais. (MANACORDA, 1996).

Para além da dimensão científica e tecnológica, de domínio dos processos de produção que se articulam no bojo de determinada totalidade histórico-social, compreendendo inclusive suas implicações políticas, o conceito de politecnicidade traz uma dimensão qualitativa da educação no sentido de potencializar todas as faculdades humanas, estando elas na esfera da lógica, da cognição, da técnica, como também na esfera dos sentidos, da sensibilidade. O princípio integrado do comportamento humano inclui não apenas a razão, a ciência, a técnica e a política, mas também o

corpo, os sentidos, a poesia, a literatura, a arte, apontando para o horizonte da formação de uma individualidade rica.

A tecnologia educacional pautada pela concepção de uma educação politécnica deve estar atenta aos desafios postos pela realidade histórica do capitalismo tardio, que engendra uma sociedade marcada pelo domínio das formas eletrônicas de informação e comunicação, bem como pelo domínio das imagens produzidas excessivamente e absorvidas de modo antirreflexivo. Neste sentido, faz-se necessário ao campo da tecnologia educacional compreender a linguagem da arte e as implicações possíveis da experiência estética no sentido de potencializar a criação de comportamentos anticapitalistas. Professores-pesquisadores e alunos, sob a condição de produtores audiovisuais, de produtores de hipermídias, bem como sob a condição de usuários da *web*, devem compreender e vivenciar uma dimensão crítica e não fetichista das experiências de produção tecnológica. Ou seja, os processos de produção teórica e prática de materiais pedagógicos tecnológicos não devem estar descolados dos complexos processos sociais em que vivemos, onde tecnologia e ciência não se desvinculam da padronização de comportamentos, da formatação de sujeitos históricos e estéticos passivos, da militarização da vida social e da permanência da escassez para a maioria da população mundial.

A Tecnologia Educacional no Campo da Educação em Saúde

No campo da educação em saúde, houve uma incorporação da tecnologia educacional com base numa concepção tecnicista nas décadas de 1970 e 1980, período marcado pelo interesse por novas tecnologias de ensino, principalmente pelos audiovisuais. Buscava-se adequar a linguagem à população-alvo para assim transferir informações e produzir modelos comportamentais (PITTA, 1995). Neste contexto, se intensifica um movimento crítico da educação em saúde, apoiado no pensamento de Paulo Freire, que enfatizava a educação não como um instrumento de transmissão e adequação, mas como uma prática social, participativa e reflexiva.

Com o fortalecimento do movimento da reforma sanitária brasileira, o discurso positivista e cientificista que forma o modelo biomédico passa a ser fortemente questionado, na medida em que orienta uma visão reducionista do processo saúde-doença. A saúde é então afirmada numa perspectiva integral e como produto das relações socioeconômicas, culturais e ambientais. No entanto, prevalecem práticas educativas tradicionais e uma visão fragmentada da saúde, individualista, curativista e hospitalocêntrica, que marcam a disputa de diferentes projetos políticos no cam-

po da educação em saúde, no contexto da reforma sanitária que tem como desafio a consolidação do SUS, universal, equânime e democrático.

Para redefinir as bases conceituais e práticas da saúde, a educação torna-se capital tanto no que tange à formação dos trabalhadores como no que se define como 'educação popular', uma educação política da população em defesa da saúde. Acerca da formação dos trabalhadores, a Educação Profissional em Saúde aparece na contracorrente do projeto hegemônico, que prima por uma adaptação e conformação dos trabalhadores ao mercado de trabalho. Firmada num projeto de formação 'omnilateral', politécnica e integral, esta concepção situa a educação como uma prática constituída e constituinte das relações sociais, e a escola como um espaço de formação tecnológica capaz de aprofundar e dinamizar um projeto unitário, que tem o trabalho como princípio educativo (PEREIRA e LIMA, 2006).

No âmbito deste projeto, o desenvolvimento de tecnologias de educação em saúde visa a ampliar as possibilidades de inovação das ações pedagógicas e operar transformações no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo com a reconstrução das concepções e práticas de saúde. Por isso, o Núcleo de Tecnologia Educacional em Saúde (Nuted) assume a condição de lugar interdisciplinar de pesquisa, de ensino e de produção tecnológica, articulando as questões teórico-metodológicas da tecnologia educacional com a práxis docente e discente, aprofundando o estudo sobre as práticas de linguagem da arte gráfica, do cinema, da animação, da fotografia, da hipermídia, tendo como horizonte o incentivo da politécnica. Seu raio de ação atinge a produção intelectual da EPSJV/Fiocruz vinculada aos laboratórios dirigidos pelos professores-pesquisadores, os assuntos temáticos na área da Educação Profissional em Saúde e a produção dos alunos nos processos educativos da escola.

Atualmente, o Nuted dirige sua atenção prioritariamente para duas áreas de produção tecnológica:

Produção Audiovisual

Sendo fiel à concepção politécnica, não cabe ao Nuted a mera transposição de conteúdos e reflexões produzidos externamente para formatos audiovisuais, como animações, vídeos documentários e ficcionais. É importante que se construa uma reflexão compartilhada, que não segregue nem hierarquize forma e fundo. O Nuted deve assumir, portanto, a função de mediar as relações dos professores-pesquisadores e dos alunos com essas tecnologias da informação, pensando metodologias e refletindo conjuntamente em cima dos produtos obtidos.

Embora a produção de imagens no mundo contemporâneo esteja se tornando algo absolutamente corriqueiro, não é tão abrangente a prática da reflexão e interpretação imagética fora de seus circuitos específicos. Se a interpretação textual é item obrigatório do currículo escolar, o estudo sistemático da imagem ainda não alcançou tal projeção, por mais que de imagens seja formado o cotidiano e o imaginário do homem contemporâneo. Como pólo de produção e reflexão imagética, o Nuted busca aprofundar, dentro da Escola Politécnica, a reflexão crítica da imagem, tendo em vista a construção de um olhar e, conseqüentemente, de uma produção contra-hegemônica.

Produção de Hipermídias

A utilização da hipermídia nos processos educacionais é mais uma iniciativa no sentido de combinar as orientações teóricas de aquisição do conhecimento com as novas possibilidades de tecnologias.

Estudos sobre a memória humana demonstram que as pessoas relacionam conhecimentos novos e antigos enfatizando as diferentes formas de ligação entre os conhecimentos, ou seja, um modelo 'não-linear' da memória humana na aquisição das informações. Então, tem-se que a característica da memória humana são os relacionamentos entre os conhecimentos e não somente o armazenamento ou a recuperação dos fatos (STRUCHINER, 1997). A hipermídia se adapta a este modelo de memória e por isto se dá a sua utilização nos processos educacionais por meio de forma interativa: ao clicar em um botão, o computador responde mostrando uma imagem, um vídeo ou um som, por exemplo.

Segundo Jacobs (*apud* STRUCHINER, 1997), existem dois modelos que procuram definir a construção do conhecimento como objeto de aprendizagem. O primeiro define a construção do conhecimento como a união de várias partes fragmentadas, de forma ordenada, que, unidas, caracterizam o conhecimento. O segundo já enfatiza o sentido holístico do conhecimento e suas características de interconectividade e de interdependência entre domínios. Ou seja, uma forma não linear de recepção do conhecimento, característico da hipermídia, situação em que o aluno não é um simples receptor de conhecimentos e experiências do professor, mas assume a sua não linearidade no processo de construção do conhecimento. Com esta possibilidade de aprendizado, os alunos são levados a desenvolver estratégias de pensamento diferenciadas para construir seu conhecimento.

Porém, é preciso destacar que, mesmo disponibilizando vários recursos e ferramentas, nem sempre todos são utilizados enquanto outros permanecem em desu-

so. A disponibilização de ferramentas e sua interface só funcionarão se o desenvolvimento da hipermídia estiver baseado em um estudo do seu usuário. Precisam ser analisados de acordo com cada necessidade e adequar ao seu usuário, no caso o aluno.

Todas estas características e potencialidades encontram-se articuladas com o modelo de ensino em que o aluno tem autonomia no processo de aprendizagem, deixando de ser apenas um receptor das informações oferecidas pelos professores.

Como um espaço interdisciplinar, o Nuted atua na interface dos projetos educativos da EPSJV, incentivando a inovação das estratégias educativas no campo da saúde, articulando as tecnologias de ensino com a organização tecnológica do trabalho, formando professores e alunos para a produção de novas tecnologias, desenvolvendo tecnologias apropriadas às diferentes modalidades de ensino e áreas temáticas da Educação Profissional em Saúde.

Linhas de Pesquisa Associadas:

1. Comunicação, Informação e Tecnologia Educacional em Saúde
2. Concepções e Práticas na Formação dos Trabalhadores de Saúde
3. Educação em Ciências e Iniciação Científica no Ensino Médio e na Educação Profissional em Saúde

Diretórios de Pesquisa Associados:

1. Tecnologia Educacional em Saúde (TES)

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ABRAHÃO, A. L. *Novas práticas na gestão em saúde e reforma da educação profissional: uma proposta curricular em eixos transversais para Técnicos de Gestão em Serviços de Saúde*. Mimeo, 2003.
- AMORIM, C. L. N. Perspectivas da cooperação internacional. In: MARCOVITCH, J. (Org.) *Cooperação Internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Edusp, 1994.
- ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. *ANS Tabnet – Informações em Saúde Suplementar*. Disponível em <www.ans.gov.br/portal/site/informacoesss/informacoesss.asp>. Acesso em: 14 jul. 2008.
- ARON, R. *Estudos Políticos*. Coleção Pensamento Político. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- ATHIAS, R.; MACHADO, M. A saúde indígena no processo de implantação dos Distritos Sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, n. 2, p. 425-431, mar.-abr. 2001.
- BARATA, R. B. *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco; 1997.
- BARBERO, J. M. Novos regimes de visualidade e descentramentos culturais. In: FILÉ, V. (Org.) *Batuques, Fragmentações e Fluxos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- BARCELLOS, C.; SANTOS, S. M. Colocando dados no mapa: a escolha da unidade espacial de agregação e integração de bases de dados em saúde e ambiente através do geoprocessamento. *Informe Epidemiológico do SUS*, n. 4, p. 21-29, 1997.
- BARCELLOS, C.; MONKEN, M. Instrumentos para o diagnóstico sócio-sanitário no Programa Saúde da Família. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D. (Orgs.) *O Território e o Processo Saúde-Doença*. 1. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 225-265.
- BARCELLOS, C. A saúde nos Sistemas de Informação Geográfica: apenas uma camada a mais? *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 25, p. 29-43, 2003.
- BARRETO, R. G. *Formação de Professores, Tecnologias e Linguagens*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BRANCO, M. A. F. *Informação e Saúde: uma ciência e suas políticas em uma nova era*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Sistema Único de Saúde – Diretrizes para Formulação de Política de Recursos Humanos, 1989.
- BRASIL, MS-CGDRH-SUS, RH-SUS. *Boletim Informativo*. ano I, v. I, n. I, 1992.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. *Descentralização das Ações de Saúde: a ousadia de cumprir e fazer cumprir a Lei*. Brasília, 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de Procedimentos do Sistema de Informação sobre Mortalidade*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual de Procedimentos do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Manual do Sistema de Informações Hospitalares do SUS*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001c.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações – avaliação do programa de imunizações*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001d.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. *Programa de Saúde Indígena: etnodesenvolvimento das sociedades indígenas*. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2001e.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Política de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia de Vigilância Epidemiológica*. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2002b.
- BRASIL, NOB/RH-SUS. Resolução n. 330, de 04 de novembro de 2003.
- BRASIL. Ministério das relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. *Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral / Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. EPSJV/Fiocruz – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz. Projeto Político Pedagógico, 2005b.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: Conass, 2007.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 ago. 2007.
- BRASIL. Portaria n. 399 / GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. Disponível em: <<http://saude.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – proposta versão 2.0 (inclui deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde). Brasília, Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Departamento de Informação e Informática do SUS, 29 de março de 2004. Disponível em: <http://w3.datasus.gov.br/APRESENTACAO/PoliticaInformacaoSaude29_03_2004.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2008.
- CAMARGO JR., K. R.; COELI, C. M. Políticas de informação em saúde. In: EPSJV (Org.) *Textos de Apoio em Políticas de Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- CAMARGO JR., K. R.; COELI, C. M. *Sistemas de Informação e Banco de Dados em Saúde: uma introdução*. Série Estudos em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: IMS, Uerj, 2000.
- CAMARGO JR., K. R.; COELI, C. M.; MORENO, A. B. Informação e avaliação em saúde. In: MATTA, G. C. *Políticas de Saúde: organização e operacionalização do sistema único de saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.
- CARTILHA ANIMA ESCOLA. Disponível em: <www.animaescola.org.br>.
- CARVALHO, P. R. *Boas Práticas Químicas em Biossegurança*. Rio de Janeiro: Interciência, 1999.
- CARVALHO, P. R. *O Olhar Docente sobre a Biossegurança no Ensino de Ciências: Um estudo em escolas da rede pública do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 2008.
- CARVALHO, R. L. S. *et al.* Perspectivas para a educação profissional de nível técnico em saúde a partir da Proposta das Diretrizes Curriculares. *Sitientibus*, n. 33, p. 23-32, jul.-dez. 2005.

- CASTELLANOS, P. L. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida. Consideração conceituais. In: BARATA, R. B. (Org.) *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.
- CAVALCANTE, L. I. P. *Formação de professores na perspectiva do movimento dos professores indígenas da Amazônia*. GT Formação de Professores – n. 08, Ufam. S.d.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico*. Brasília, 1999.
- COSTA, C. *Educação, Imagens e Mídias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- COSTA, M. A. F. *Construção do Conhecimento em Saúde: a situação do ensino de biossegurança em cursos de nível médio na Fundação Oswaldo Cruz*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 2005.
- COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GRILL, S. (Org.) *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- D'AMARAL, M. T. *Comunicação e Diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELUIZ, N. Mudanças no conteúdo das qualificações profissionais: implicações para a formação profissional. In: DELUIZ, N. *Formação do Trabalhador*. Rio de Janeiro: Shape, 1995. p. 161-192.
- DEMO, P. *Pesquisa e Construção do Conhecimento. Metodologia Científica no Caminho de Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- DE SETA, M. *Seleção e integração de princípios educacionais ao desenvolvimento de um software educativo: uma abordagem crítica para o design instrucional do Soft-RIS*. Rio de Janeiro. UFRJ, Dissertação de Mestrado, 146 p., 1999 (mimeo).
- ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Temas de Ensino Médio – trilhas da identidade*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2004.
- ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Projeto Político Pedagógico*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Temas de Ensino Médio – formação*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2006.
- ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. *Relatório da Assembléia da Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro – AAISARN*. EPSJV, 2008 (mimeo).
- FEUERWERKER, L. C. M.; CECÍLIO, L. C. O. O hospital e a formação em saúde: desafios atuais. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 4, jul.-ago. 2007. Disponível em <www.cienciaesaudecoletiva.com.br>.
- FILÉ, V. (Org.) *Subjetividade, Tecnologias e Escolas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.) *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, Semtec, 2004.
- GALLO, E. *Sistema integrado de saúde do Mercosul: SIS-Mercosul – Uma agenda para a integração*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2004.
- GENRO FILHO, A. *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Disponível em <www.adelmo.org.br>.

- GARNELLO, L; SAMPAIO, S. Organizações indígenas e distritalização sanitária: os riscos de “fazer ver” e “fazer crer” nas políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 4, p. 1.217-1.223, jul.-ago. 2005.
- GÓMEZ, M. V. *Educação em Rede: uma visão emancipadora*. São Paulo: Cortez, 2004.
- GONDIM, G.; MONKEN, M. Saúde, educação, cidadania e participação: a experiência do Proformar. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 1, n. 2, p. 35-39, 2003.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- HOUSE, J. W. The frontier zone: a conceptual problem for policy makers. *International Politics Science Review* n. 1, p. 456-477, 1980.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Pesquisa por Amostra de Domicílios – acesso e utilização de serviços de saúde*. Brasília: IBGE, Ministério da Saúde, 2003.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: ISA, 2007.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- KUENZER, A. (Org.) *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LANGDON, E. J. et al. A participação dos agentes indígenas de saúde nos serviços de atenção à saúde: a experiência em Santa Catarina, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 12, p. 2.637-2.646, dez. 2006.
- LEVINO, A; OLIVEIRA, R. M. Tuberculose na população indígena de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 7, p. 1.728-1.732, jul. 2007.
- LÉVY, P. *As Tecnologias da Inteligência*. Rio de Janeiro: 34, 1993.
- LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.) *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- LUZ, R. *Filme e Subjetividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- MACHADO, L. O. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, M. L. (Org.) *Continente em Chamas. Globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2005. p. 243-284.
- MANACORDA, M. *Marx e a Pedagogia Moderna*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARCOVITCH, J. (Org.) *Cooperação Internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Edusp, 1994.
- MARCUSE, H. Do pensamento negativo para o positivo: racionalidade tecnológica e lógica da dominação. In: MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARCUSE, H. *Guerra, Fascismo e Tecnologia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
- MARTINS, C. M. et al. Reformulação da Educação Profissional em Laboratórios de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1998.
- MARTINS, M. I. C. A transição tecnológica na saúde: desafios para a gestão do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 2, n. 2, p. 287-310, 2004.

- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 1984.
- MATTA, A. *Tecnologias de Aprendizagem em Rede e Ensino de História*. Brasília: Liber Livro, 2006.
- MATTA, G. C.; MOROSINI, M. V. G. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Verbetes Atenção à Saúde. 1ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2006, v. , p. 29-34.
- MATTA, G. C. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: MATTA, G. C.; PONTES, Ana Lúcia de M. (Org.). *Políticas de Saúde: Organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde*. 1ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, v. 3, p. 61-80.
- MENDES, E. V. *Distritos Sanitários: processo social de mudanças nas práticas sanitárias para Sistema Único de Saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1993.
- MENDES, E. V. O SUS que temos e o SUS que queremos: uma agenda. *Revista Mineira de Saúde Pública*, n. 4, ano 3, p. 4-26, 2004.
- MENEGAT, M. *Depois do Fim do Mundo. Crise da modernidade e barbárie*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Faperj, 2005.
- MERHY, E. E. Educação Profissional em Gestão para o SUS: o (im)pacto da gestão na formação dos trabalhadores. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 4; XIV CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS DE SAÚDE, 14º; CONGRESSO LATINO AMERICANO DE MEDICINA SOCIAL, 10, 2007, Salvador.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. *Política Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta*. Brasília, 2007.
- MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: possibilidades teóricas e metodológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. 3, p. 898-906, maio-jun. 2005.
- MONKEN, M.; BARCELLOS, C. O território na promoção e vigilância em saúde. In: FONSECA, A. F.; CORBO, A. D. (Orgs.). *O Território e o Processo Saúde-Doença*. 1. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007a, p. 177-224.
- MONKEN, M.; BARCELLOS, C. O território na Vigilância Sanitária. In: WERNECK, G. A. F.; FEKETE, M. C. (Orgs.). *Textos da Visa na Atenção Básica*. v. 1. Belo Horizonte: Cooperativa Editora e Cultura médica, 2007b. p. 43-87.
- MONKEN, M. *et al. O Território na Saúde: construindo referências para análises em Saúde Ambiente*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MONKEN, M.; GONDIM, G. *Caderno de Atividades do Trabalho de Campo*. Série Didática do Proformar. 1. ed. Rio de Janeiro, 2004.
- MORAES, I. H. S.; GOMEZ, M. N. G. *Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 3, p. 553-565, 2007.
- MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs.) *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MORETZSOHN, S. *Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- MUHLMANN, G. Marx, o jornalismo, o espaço público. In: NOVAES, A. (Org.) *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MURITO, M. M. C. O. *Processo de Trabalho no Laboratório de Saúde Pública Noel Nutels: uma discussão da qualificação do técnico em biodiagnóstico*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 2007.
- NEVES, T. P.; CORTEZ, E. A.; MOREIRA, C. O. F. Biossegurança como ação educativa: contribuições à saúde do trabalhador. *Cogitare Enfermagem*, v. 11, n. 1, p. 50-54, 2006.

- NEVEU, É. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo: Loyola, 2006.
- OLIVEIRA, M. B. S. C.; GONZALEZ, W. R. C. Currículo por competência na área de biodiagnóstico: desafios de implantação. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 4, n. 1, p. 131-142, 2006.
- OLIVEIRA, M. L. Concepções, dificuldades e desafios nas ações educativas em Saúde para escolares no Brasil. *Saúde em Debate*. CEBES, n.º 18, p. 43-50, 1997.
- PAIM, J. S. Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: notas para reflexão e ação. In: BARATA, R. B. (Org.) *Condições de Vida e Situação de Saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco, 1997. p. 7-30.
- PEITER, P. C. *A Geografia da Saúde na Faixa de Fronteira Continental do Brasil na Passagem do Milênio*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2005.
- PEREIRA e LIMA. *Dicionário de Educação Profissional em Saúde*. Verbete Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV, 2006.
- PEREIRA, M. L. G. *Poder, hierarquia e reciprocidade: os caminhos da política e da saúde no Alto Rio Negro*. Campinas: Unicamp, 2002.
- PITTA, A. M. R. Comunicação e Saúde: a complexidade dos conceitos e o desafio das práticas. In: REDE IDA/BRASIL (org.). *Informação e Comunicação Social em Saúde*. Brasília: Fundação Kellogg/Projeto UNE/FAPEX/OPAS, 1995. p. 16-22.
- POLANY, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PONS, J. de P. Visões e conceitos sobre a tecnologia educacional. In: SANCHO, J. M. (Org.) *Para uma Tecnologia Educacional*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- PORTUGAL, J. L. *Sistema de Informações Geográficas para o Programa de Saúde da Família*. Tese de doutorado. Recife: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2003
- POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- PRESCOTT, J. R. V. *Political Frontiers and Boundaries*. London: Allen & Unwin; 1987.
- RAMOS, M. Na. *A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.
- RAMOS, M. A pesquisa sobre educação profissional em saúde no Mercosul: uma contribuição para políticas de integração regional, referentes à formação de trabalhadores técnicos em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, supl. 2, p. 282-291, 2007.
- RIPSA. Rede Interagencial de Informações para a Saúde. *Indicadores Básicos de Saúde no Brasil: conceitos e aplicações*. Brasília: Opas, 2002.
- ROJAS, L. I.; BARCELLOS, C.; PEITER, P. Utilização de mapas no campo da epidemiologia no Brasil: reflexões sobre trabalhos apresentados no IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia. *Informe Epidemiológico do SUS*, n. 8, p. 25-35, 1999.
- ROSEN, G. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Editora da Universidade Estadual Paulista, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.
- RUMLEY, D.; MINGHI, J. *The Geography of Border Landscapes*. London: Routledge; 1991.

- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec; 1988.
- SAVIANI, D. *A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, D. O choque teórico da politecnia. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.
- SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SEVERINO, J. S. O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar. In: JANTSCH, A. P. *Interdisciplinaridade. Para Além da Filosofia do Sujeito*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995, p. 159-176.
- SOARES, G. F. S. A Cooperação Técnica Internacional. In: MARCOVITCH, J. (Org.) *Cooperação Internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Edusp, 1994.
- SODRÉ, M. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SOUSA, M. C.; SCATENA, J. G.; SANTOS, R. V. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi): criação, estrutura e funcionamento. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 23, n. 4, p. 853-861, abr. 2007.
- STOTZ, E. N. Enfoques sobre educação e saúde. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N. (org.). *Participação popular, Educação e Saúde: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. p. 11-22.
- STRUCHINER, Miriam et al. *Hipermídia na educação*. Rio de Janeiro. UFRJ, 1997 (mimeo).
- TEIXEIRA, C. F.; PAIM, J. S.; VILASBÔAS, A. L. SUS, modelos assistenciais e vigilância da saúde. *Informe Epidemiológico do SUS*, n. 7, p. 7-28, 1998.
- TEIXEIRA, M. O. O trabalho e a pesquisa em saúde: notas sobre a invisibilidade do trabalho técnico. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 9, n. 3, jul.-set. 2004. Disponível em: <www.cienciaesaudecoletiva.com.br>.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- UNGLERT, C. V. S. *Contribuição para o Estudo da Localização de Serviços de Saúde: uma abordagem de geografia em saúde pública*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1986.
- UNGLERT, C. V. S. et al. Acesso aos serviços de saúde – uma abordagem de geografia em saúde pública. *Revista Saúde Pública*, v. 21, n. 5, p. 439-446, 1987.
- VALLE, S.; TELLES, J. L. A. *Bioética e Biorrisco: uma abordagem transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.
- VIEIRA, M. et al. A inserção das ocupações técnicas nos serviços de saúde no Brasil: acompanhando os dados de postos de trabalho pela pesquisa AMS/IBGE. *Formação, Brasília*, v. 3, n. 8, p. 29-46, 2003.
- VIRÍLIO, P. *Guerra e Cinema: logística da percepção*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- WERMELINGER, M.; MACHADO, M. H.; FILHO, A. A. Políticas de Educação Profissional: referências e perspectivas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 15, n. 55, p. 207-222, abr.-jun. 2007.